



1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA CIRCUNSTANCIADA DA 24ª  
(VIGÉSIMA QUARTA)  
REUNIÃO ORDINÁRIA

DA CPI PARA INVESTIGAR OS ATOS OCORRIDOS EM 12 DE DEZEMBRO DE 2022 E 08 DE JANEIRO DE 2023, ESPECIALMENTE CONTRA OS PODERES DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL,  
DE 4 DE SETEMBRO DE 2023.

INÍCIO ÀS 10H06MIN

TÉRMINO ÀS 13H53MIN

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Declaro aberta a 24ª Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Atos Antidemocráticos do Distrito Federal para investigar os atos ocorridos em 12 de dezembro de 2022 e 08 de janeiro de 2023, especialmente contra os Poderes da República Federativa do Brasil.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Esta reunião está sendo transmitida pela TV Câmara Distrital.

Informo que a Coordenadoria de Polícia Legislativa fez o isolamento dos assentos destinados aos deputados, dispostos pelo plenário, para uso exclusivo dos parlamentares, dos advogados que estiverem acompanhando o depoente e das autoridades autorizadas por esta presidência. Assessores e demais interessados deverão ocupar as cadeiras dispostas ao fundo ou a galeria.

Solicito aos deputados que registrem a presença. (Pausa.)

O deputado Pastor Daniel de Castro está de atestado médico e sua ausência foi oficializada à secretaria desta CPI. Também está ausente o suplente do deputado Pastor Daniel de Castro, deputado Pepa.

Encontram-se presentes o deputado Chico Vigilante, o deputado Hermeto, o deputado Fábio Félix e a deputada Jaqueline Silva.

Nós vamos deixar para abordar o item nº 1 da pauta, que é discussão e votação da Ata da 23ª Reunião Ordinária, do dia 31 de agosto... Não houve tempo hábil para confecção, correção e distribuição dessa ata. Portanto, na reunião da semana que vem, apreciaremos a Ata da 23ª Reunião Ordinária e a ata da reunião de hoje.

Pergunto ao deputado Hermeto, relator desta comissão, se deseja fazer algum comunicado.

DEPUTADO HERMETO – Não, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O calendário de oitivas para os meses de setembro e outubro foi publicado no *Diário da Câmara Legislativa*, sexta-feira, dia 1º de setembro.

Hoje, ouviremos o general Carlos José Russo Assumpção Penteado. No dia 14 de setembro, será a vez de Walter Delgatti Neto. No dia 21 de setembro, ouviremos o coronel Paulo José Ferreira de Souza Bezerra. No dia 28 de setembro, ouviremos Ana Priscila Azevedo. No dia 5 de outubro, ouviremos o major Cláudio Mendes dos Santos. No dia 9 de outubro, será a vez do major José

Eduardo Natale de Paula Pereira. No dia 19 de outubro, será a vez do senhor Saulo Moura da Cunha. No dia 26, finalizando o mês de outubro, ouviremos o coronel Reginaldo de Souza Leitão.

Hoje, não há requerimentos a serem apreciados.

III – Oitivas Depoentes:

Oitiva do general de divisão Carlos José Russo Assumpção Penteado.

Os requerimentos que tratam desta convocação são 3: Requerimento nº 113/2023, de autoria do deputado Pastor Daniel de Castro; Requerimento nº 166/2023, de autoria do deputado Hermeto; e Requerimento nº 167/2023, de autoria do deputado Fábio Félix.

Já tendo sido devidamente qualificado pela Coordenadoria de Polícia Legislativa desta casa de leis, convido a comparecer a este plenário o general de divisão Carlos José Russo Assumpção Penteado.

(Pausa.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – General Carlos José Russo Assumpção Penteado, esclareço que o senhor está diante de uma comissão parlamentar de inquérito, na condição de convidado, e, como tal, tem o dever de dizer a verdade. Caso o senhor entenda ter envolvimento com os atos ora investigados, terá o direito de permanecer em silêncio, de não produzir provas contra si mesmo e de ser assistido por um advogado. Pergunto: o senhor está acompanhado por advogado?

CARLOS JOSÉ RUSSO ASSUMPÇÃO PENTEADO – Sim, senhor.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O senhor deseja fazer algum pronunciamento antes das nossas perguntas?

CARLOS JOSÉ RUSSO ASSUMPÇÃO PENTEADO – Desejo, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O senhor está com a palavra.

CARLOS JOSÉ RUSSO ASSUMPÇÃO PENTEADO – Bom dia, presidente deputado Chico Vigilante. Bom dia, senhores deputados e todos os presentes aqui. Gostaria de expressar minha satisfação de, pela primeira vez, nós – eu e aqueles que trabalhavam no Gabinete de Segurança Institucional – termos uma voz durante esse período. Bom dia aos senhores, como já disse. Venho a esta casa legislativa anuindo o convite que me foi feito porque acredito na solidez das instituições brasileiras e, tanto quanto os senhores, repudio os atos de vandalismo praticados na Esplanada dos Ministérios desejando vê-los elucidados. Procurarei, nestes minutos iniciais, abordar meu trabalho no GSI – Gabinete de Segurança Institucional, a importância desse gabinete como garantidor de segurança das instituições de Estado, bem como repassar fatos relevantes sobre os acontecimentos que culminaram com a manifestação violenta do dia 8. Fui designado pelo Exército Brasileiro para exercer a função de secretário executivo do GSI, no final de julho de 2021. Estava comandando a 5ª Divisão de Exército, em Curitiba. Passei o comando no dia 28 de julho e assumi a secretaria no dia 30 de julho, que, à época, tinha as atribuições previstas no art. 4º do Decreto nº 9.868/19, todas voltadas a assessoramento, coordenação e planejamento do GSI. Naquele momento, estava muito entusiasmado pelo desafio de tratar temas de interesse nacional desde a ótica do GSI, tais como segurança cibernética, Programa de Proteção Integrado de Fronteiras, segurança das infraestruturas críticas, Política Nacional de Fronteiras e os exercícios de emergência nuclear. Outra importante missão do GSI a cargo da Secretaria de Segurança e Coordenação Presidencial era assegurar a segurança do presidente, vice-presidente e de seus familiares, assim como os palácios, e coordenar eventos com essas autoridades quando essas autoridades estivessem presentes. Lembro que a Agência Brasileira de Inteligência era ligada diretamente ao ministro, não havendo nenhuma ingerência do secretário executivo em suas atribuições. A transição de governo foi feita tendo eu mesmo realizado 2 apresentações formais para o ex-ministro Gonçalves Dias, nomeado pela transição para os eventos de posse, e ainda não indicado como ministro de Estado. Uma terceira apresentação foi feita no Centro Cultural Banco do Brasil, na presença do mesmo e do senhor Aloizio

Mercadante, abordando a mesma temática sobre o GSI e suas atividades estatais pelo secretário executivo adjunto. A cópia de uma dessas apresentações será disponibilizada a esta CPI. Apesar de ser usual a substituição dos ocupantes de altos cargos na estrutura do governo com a posse de um novo presidente, a situação do GSI é peculiar pela sensibilidade de assuntos tratados e porque não pode haver solução de continuidade em tarefas que demandam ampla coordenação e conhecimento; por exemplo, havendo uma emergência nuclear, o Centro Nacional de Emergência Nuclear deveria estar ativado e coordenando as mais de 60 agências envolvidas na contenção e solução do problema, inclusive, evacuando os moradores e adotando as medidas necessárias na região de Angra dos Reis. De qualquer modo, preparei-me para ser substituído e solicitei ao gabinete do comandante do Exército que selecionasse militares para recompletar os cargos que seriam deixados vagos a partir de 31 de dezembro, uma vez que todos os assessores diretos do ministro já haviam manifestado o interesse em serem exonerados, como de fato o fizeram. Salientei, então, ao futuro ministro que a passagem de função era urgente, porque haveria o grande evento da posse presidencial, que requer total atenção daquele gabinete como coordenador da segurança e dos eventos de posse, juntamente com as Forças de Segurança, Ministério das Relações Exteriores e Ministério da Defesa e, óbvio, demais órgãos todos envolvidos. Fui convidado, entretanto, a permanecer, pelo ex-ministro Gonçalves Dias. E, do ponto de vista institucional, seria algo até normal e desejável, uma vez que essa decisão daria segurança para as equipes desenvolverem as suas atividades e realizarem, além do planejamento, a execução dos eventos de posse no dia 1º de janeiro de 2023. Ressalto que somente esse evento demanda uma coordenação enorme, com diversas reuniões entre os envolvidos. Para se ter ideia da grandeza, somente em forças de segurança empregam-se mais de 10 mil pessoas. Estimulei todas as secretarias a manter uma boa interlocução, executar todos os planos de segurança previstos e colaborar no que fosse solicitado. A posse foi um evento muito bem-sucedido, como todos os anteriores. Tudo o que foi planejado com efetivo compatível foi executado. Pode-se verificar que a presença de pessoal experiente conhecedor das atividades do GSI, em particular a Secretaria de Segurança e Coordenação Presidencial, com ligações funcionais antigas e profissionais com todas as áreas envolvidas, foi o que tornou isso possível. Nos dias seguintes à posse, a agenda do então ministro foi preenchida para o detalhamento das atividades de cada secretaria e do Departamento de Segurança da Informação. Também foi o momento de reacomodação interna, uma vez que os gabinetes foram realocados para dar lugar aos servidores do novo governo. Até mesmo o gabinete do ministro foi deslocado do quarto para o segundo piso. Além disso, a segurança pessoal do presidente, vice-presidente e familiares ficou a cargo de uma nova estrutura: a Secretaria Extraordinária de Segurança, com policiais federais. Esse fato demandava grande coordenação, já que a segurança dos eventos fora de Brasília ainda era atribuição do GSI, incluindo os escalões avançados. Como ressaltei, a primeira semana de janeiro estava bastante agitada com a procura de espaço para acomodação do pessoal dentro do Palácio do Planalto. Mais ainda, por ser começo de governo, havia muitas reuniões para acertar como os ministérios palacianos iriam trabalhar. Nos dias que antecederam a 8 de janeiro, como a posse havia ocorrido sem qualquer alteração e havia notícias de esvaziamento dos acampamentos, a expectativa era de retorno à vida rotineira de Brasília. Não recebi nenhum relatório, mensagem de WhatsApp ou contato telefônico alertando para a possibilidade de ações violentas na praça dos 3 Poderes. Só tomei conhecimento da existência dessas mensagens pela imprensa após os fatos. Tendo por princípio que os senhores já estão bastante familiarizados com o tema e para não ser redundante sobre tudo o que foi dito aqui, abordarei a seguir como, desde o meu ponto de vista, os acontecimentos dia 8 se deram. Por volta das 14 e 50 fui informado pelo secretário de coordenação e segurança presidencial que os manifestantes haviam rompido a barreira policial da avenida das Bandeiras. Em seguida, enquanto me dirigia ao Palácio, dei ciência ao ministro de que estava a caminho para acompanhar a situação, sugerindo-lhe que ele não fosse, pois, além de querer protegê-lo fisicamente, também entendia que pelo cargo não seria conveniente sua presença no local. A situação não era de normalidade, pois o rompimento das barreiras indicava que a mesma poderia piorar. Ainda no deslocamento, fui informado de que o Palácio do Planalto havia sido tomado pelos manifestantes em grande número, que quebraram as vidraças e adentraram o local por todos os lados, principalmente

na direção do estacionamento ala oeste do Palácio. Além disso, eu havia recebido uma ligação do comandante militar do Planalto dizendo que a situação havia se agravado e que seria necessário o envio de mais tropas, o que foi prontamente solicitado por mim. Ao chegar ao Palácio, por volta das 15 e 20, os responsáveis pela segurança das instalações já estavam no local e também já haviam solicitado reforços ao Comando Militar do Planalto. Tentamos adentrar o Palácio pelo subsolo até o segundo andar, local da sala do secretário executivo. Tendo em vista que os acessos estavam bloqueados, não conseguimos. Então demos a volta pelos anexos do Palácio do Planalto e chegamos a sua parte sul nos deslocando pela avenida N1. Neste momento pudemos ver a imensa quantidade de gente que estava na frente dos edifícios do Congresso Nacional, do STF, do Palácio do Planalto, além da ocupação da praça dos 3 Poderes e parte da Esplanada. A essa altura, o Palácio estava completamente tomado no térreo e demais pisos. A tropa de choque da Polícia Militar do Distrito Federal, na via N1, estava em contato com os manifestantes, mas não conseguia dispensá-los em função de seu grande número e da violência por parte deles. Por volta de 15 e 20, 15 e 30, chega o ministro do GSI e o diretor adjunto do departamento de segurança. Falei com ele sobre a situação e que iríamos afastar o pessoal que estava nas imediações do Planalto. Não houve grito, não houve palavrão e nem ordens. Como o Plano Escudo é um plano preventivo, não tinha sentido falar-se naquele momento em colocar barreiras ou qualquer outra ação que não fosse a retomada do Palácio. Nesse momento, acompanhado pelo secretário de coordenação e segurança presidencial, fui, com parte da Tropa de Choque do Exército Brasileiro, retirar os manifestantes do jardim leste do Palácio, levando-os no sentido leste-oeste, impedindo que eles se reunissem, porque já estavam dentro do Palácio. Lembro que fomos atacados por esses manifestantes, sendo necessário o uso intensivo de elastômetros e gás lacrimogênio. A Tropa de Choque do Exército passou a expulsar os manifestantes que estavam no piso térreo; inicialmente de sul para norte e posteriormente de leste para oeste. Após o avanço dessa Tropa de Choque do Exército, o diretor adjunto do departamento de segurança... E aqui faço referência ao nome destes valorosos militares: coronel Wanderli, acompanhado do tenente-coronel Alex Marcos e do major José Eduardo subiram para o quarto piso, a fim de iniciar a desobstrução e impedir o vandalismo que estava ocorrendo no interior das instalações. Posteriormente, já com a chegada de maior efetivo das tropas de choque da Polícia Militar do Distrito Federal, que permitiria conter a invasão, foi dada a ordem pelo ministro do GSI para que se efetuasse a prisão dos manifestantes que se encontravam no interior do Palácio, situação que passou a ser executada a partir daquele momento. Entretanto, a tropa do BGP estava fazendo um bloqueio dos manifestantes no Salão Nobre, na sua porção mais a leste; e a tropa de choque da PM adentrou o Salão Nobre pela rampa. A partir daí, por volta das 17 e 30, o Palácio do Planalto foi retomado. E aqui eu presto a minha homenagem a todos os integrantes do Gabinete de Segurança Institucional, ao Comando Militar do Planalto, à Polícia Militar do Distrito Federal, que, com coragem e bravura, conseguiram adentrar e retomar aquela instituição, que é muito cara a todos nós: o Palácio do Planalto. Eu gostaria de ressaltar alguns pontos que podem contribuir com a elucidação dos fatos, tendo os depoimentos que já foram colhidos por esta CPI. Inicialmente, faz necessário esclarecer que a minha função, como secretário executivo do GSI, é um cargo de natureza militar que, em consequência, não possui qualquer conotação político-partidária. Fui designado pelo comandante do Exército para exercê-lo, com o objetivo de contribuir com as missões institucionais do gabinete. Minhas opiniões e pensamentos não são norteadores para o desempenho funcional, como muitas vezes pode ter transparecido em razão das declarações anteriormente prestadas por aqueles que me antecederam nesse plenário. Fui convidado pelo ministro Gonçalves Dias a permanecer no GSI e aceitei o convite por acreditar que poderia contribuir com a minha experiência para a transição, conforme já expus anteriormente, e evitar a solução de continuidade das missões que são de responsabilidade do GSI, que vão muito além de realizar a segurança de estruturas físicas do Palácio do Planalto. Todas as ações conduzidas pelo Gabinete de Segurança Institucional, no dia 8 de janeiro de 2023, estão diretamente relacionadas à retenção pelo ministro Gonçalves Dias dos alertas produzidos pela Agência Brasileira de Inteligência, que não foram disponibilizados oportunamente para que fossem acionados todos os meios do Plano Escudo. Nesse ponto, é necessário destacar que, se a coordenação de análise de risco, responsável pela elaboração

da matriz de criticidade, tivesse tido acesso ao teor dos alertas encaminhados ao ministro Gonçalves Dias pelo diretor da Abin, senhor Saulo Moura, as ações previstas pelo Plano Escudo teriam impedido a invasão do Palácio do Planalto. No âmbito do GSI, os alertas produzidos pela Abin não chegaram ao meu conhecimento, e tampouco ao nível responsável pela execução da segurança do Palácio do Planalto, e tampouco ao secretário de segurança e coordenação presidencial. Por fim, senhor presidente, agradeço a oportunidade de, pela primeira vez, estar contribuindo com a elucidação dos fatos que estão em apuração nesta CPI.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, general. Creio que o depoimento de V.Sa., hoje, irá ajudar no que nós queremos, que é a busca da verdade.

Eu vou fazer algumas indagações ao senhor.

General Penteado, quem o escolheu para ser secretário executivo do GSI?

CARLOS JOSÉ RUSSO ASSUMPÇÃO PENTEADO – O comandante do Exército Brasileiro.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Quando o senhor assumiu esse posto?

CARLOS JOSÉ RUSSO ASSUMPÇÃO PENTEADO – No dia 30 de julho de 2021.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Quantos cargos de decisão no GSI, no dia 8 de janeiro de 2023, eram ocupados por integrantes que fizeram parte do governo Bolsonaro e eram da antiga equipe do GSI, comandada pelo general Augusto Heleno?

CARLOS JOSÉ RUSSO ASSUMPÇÃO PENTEADO – Praticamente todos os níveis de decisão e todos os secretários.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – General, quais as funções exercidas pelo secretário executivo do GSI?

CARLOS JOSÉ RUSSO ASSUMPÇÃO PENTEADO – O senhor me permite, presidente?

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Sim, senhor.

CARLOS JOSÉ RUSSO ASSUMPÇÃO PENTEADO – Está prevista à Secretaria Executiva, no art. 4º, do decreto que eu já mencionei. Ele diz: supervisionar e coordenar as atividades dos órgãos integrantes da estrutura do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; aprovar e supervisionar o planejamento e execução dos eventos, as viagens presidenciais no território nacional e para o exterior, em articulação com o gabinete pessoal do presidente e com o Ministério das Relações Exteriores, respectivamente; assessorar o ministro de Estado em assuntos relacionados à gestão estratégica, administrativa, orçamentário-financeira, de pessoal e de publicação oficial; acompanhar a tramitação, na presidência da República, de propostas de atos e documentos de interesse do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; intercambiar informações com os órgãos essenciais da presidência da República e com os demais órgãos e entidades da administração pública federal; assessorar o ministro de Estado nos assuntos referentes à solicitação de emprego de tropas das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem ou temas pertinentes; elaborar estudos sobre assuntos de natureza militar, em articulação com o Ministério da Defesa e as Forças Singulares; coordenar as atividades do Serviço de Informação ao Cidadão – SIC do Gabinete de Segurança Institucional; e prestar apoio à Subchefia de Assuntos Jurídicos da Secretaria-Geral da Presidência da República e acompanhar os processos que sejam relativos à manifestação da Advocacia-Geral da União em processos judiciais ou extrajudiciais, ao atendimento dos requerimentos de informação formulados pelo Poder Judiciário e às manifestações do Ministério Público sobre assuntos relativos ao âmbito de competência do Gabinete de Segurança Institucional. Essas são as atribuições do secretário executivo.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – General, suponho que, para exercer esse cargo, um dos fatores levados em consideração na escolha seja a lealdade ao ministro chefe do GSI e ao presidente da República. Então, indago: o senhor se manteve leal ao general Heleno e ao ex-presidente da República Jair Bolsonaro mesmo depois de ter deixado o posto de ministro-chefe do

GSI?

CARLOS JOSÉ RUSSO ASSUMPÇÃO PENTEADO – Um oficial do Exército Brasileiro e um oficial-general primeiramente é leal ao Estado brasileiro e permanece leal durante toda a sua carreira militar. Essa é a lealdade que nós temos. Durante a minha carreira, eu servi a 11 presidentes da República, fui leal a todos os meus comandantes, a todos os meus chefes e a todos os militares com quem eu trabalhei durante toda a minha vida.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – General, o general Gonçalves Dias disse a esta CPI, na oportunidade em que veio, que, caso pudesse voltar atrás, não o deixaria um dia sequer como seu secretário executivo. Sendo assim, eu indago: o senhor traiu a confiança que lhe foi depositada pelo general Gonçalves Dias?

CARLOS JOSÉ RUSSO ASSUMPÇÃO PENTEADO – Presidente, boa pergunta. Eu nunca, durante os meus mais de 41 anos de serviço, traí, fui desleal por não proteger os meus subordinados. Nunca. O ponto de vista pessoal das pessoas eu não posso considerar; eu posso considerar o que eu penso. Eu sempre fui extremamente leal e verdadeiro, colocando sempre as minhas opiniões e trabalhando com afinco dentro daquilo que era previsto para o meu cargo e a minha função.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Solicito que transmitam o vídeo nº 1, por favor.

(Apresentação de vídeo.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Está bom.

General, até o dia 31 de dezembro de 2022, por que o GSI não fez nada para acabar com os acampamentos em frente aos quartéis país afora e, principalmente, sobre o acampamento em frente ao quartel-general do Exército desta capital?

CARLOS JOSÉ RUSSO ASSUMPÇÃO PENTEADO – Porque não era atribuição do Gabinete de Segurança Institucional.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Mas os senhores não tinham informação de que eles estavam preparando o golpe?

CARLOS JOSÉ RUSSO ASSUMPÇÃO PENTEADO – Não tinha e nunca tive essa informação.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – A Abin nunca informou que estavam preparando para dar o golpe no Brasil?

CARLOS JOSÉ RUSSO ASSUMPÇÃO PENTEADO – Eu não recebi nenhuma informação desse tipo, deputado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – General, após a bem-sucedida posse presidencial no dia 1º de janeiro de 2023 – o senhor confirmou aqui e é verdade, é louvável o trabalho que foi feito na posse –, sem nenhuma intercorrência de segurança, quais foram os procedimentos de segurança adotados pelo GSI com a finalidade de evitar ataques e atentados à sede do Poder Executivo, ao presidente da República recém-eleito, ao vice-presidente e aos ministros de Estado? Faço essa pergunta pois, mesmo após a posse do presidente Lula, os acampamentos em frente aos quartéis foram mantidos, e nesse local é sabido por todos que havia milhares de pessoas insatisfeitas com a eleição do presidente, que ameaçavam os poderes constituídos e até mesmo a integridade do presidente. Sendo assim, gostaria de saber do senhor quais medidas foram adotadas pelo GSI para preservar a segurança do presidente da República e dos poderes constituídos?

CARLOS JOSÉ RUSSO ASSUMPÇÃO PENTEADO – Deputado, no começo, na primeira semana do mês de janeiro, os acampamentos, ou o acampamento, particularmente – e essa é a informação que está pública –, estava totalmente esvaziado. Está no relatório do interventor, está em todas as informações. Não havia mais do que 300 pessoas ali até o dia 6 de janeiro. As medidas adotadas... Isso em relação ao acampamento, o acampamento estava praticamente esvaziado. Em relação às

medidas de proteção tomadas, sempre foram aquelas baseadas na matriz de criticidade que é realizada pelo gabinete. O presidente Lula no decreto colocou, para a sua segurança pessoal, uma secretaria extraordinária. E aí a parte da segurança dos palácios continuava com o GSI, os escalões avançados para viagem e as outras seguranças com o presidente. Todas as medidas adotadas foram as mesmas que há 84 anos o Gabinete de Segurança Institucional, mesmo com outras denominações, vem proporcionando aos presidentes da República. Nunca na história nós tivemos um presidente que tenha sido, em seu exercício, atacado e sofrido um atentado. E nem foi o caso nesse momento. O presidente Lula viajou para Santos com a devida segurança, viajou para Araraquara com a devida segurança e continua com a sua devida segurança.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – General, o general Gonçalves Dias disse à imprensa que o Plano Escudo estaria montado desde o dia 5 de janeiro de 2023, e que o senhor seria o responsável por colocá-lo em ação no dia 8 de janeiro. No que consiste o Plano Escudo e por que o senhor não colocou tal plano em ação naquele fatídico dia?

CARLOS JOSÉ RUSSO ASSUMPÇÃO PENTEADO – Excelente pergunta, presidente. Vamos esclarecer. O Plano Escudo... todo planejamento é um plano de prateleira. Ele é um plano que fica em estado latente e é utilizado à medida que vamos ter informações ou vamos ter... No caso aqui, especificamente de Brasília, nós temos manifestações e nós temos eventos. Evento: posse presidencial. Isso é um evento, isso tem uma coordenação, isso tem uma sequência, isso é tudo planejado, etc. Manifestações: elas ocorrem, aqui em Brasília tem regramento específico para isso. E, dentro disso, o Plano Escudo é ativado. O Plano Escudo, a partir do momento em que se tem notícia de uma manifestação, já é ativado. E ele já estava ativado. Tanto é verdade que nós já tínhamos tropa no Palácio do Planalto. Ela esteve lá no dia 6, ela esteve lá no dia 7 e ela esteve lá no dia 8, durante a parte da manhã, quando foi convocada. O Plano Escudo – e eu queria reforçar essa ideia – é um plano preventivo. Todas as medidas do plano são para impedir o ataque, a entrada, a invasão, ou que a manifestação adentre o Palácio do Planalto. No dia 8, a partir do rompimento, pelos manifestantes, das linhas que foram colocadas na avenida José Sarney, na avenida das Bandeiras e eles... Nós tínhamos ali uma tropa dentro do Palácio do Planalto, nós tínhamos mais que uma companhia, com 133 militares, que não foram suficientes para conter os manifestantes que vieram no sentido da N1 – os senhores, que conhecem bem Brasília –, no sentido da rodoviária para o Palácio do Planalto e adentraram pelo estacionamento e pelos vidros. O Palácio do Planalto, por construção, fica em uma parte baixa. Qualquer deslocamento que venha da N1 na mão contrária dos carros será sempre favorável a quem está descendo. O grande número de manifestantes... Eles pularam os alambrados que têm para o estacionamento e romperam, pelo estacionamento, na direção da fachada oeste – tem uma entrada oeste no Palácio do Planalto – e quebraram as vidraças. Outros manifestantes foram para a parte sul do Palácio do Planalto e também quebraram. A partir do momento em que eles rompem, não se fala mais em Plano Escudo, não tem mais prevenção. A partir desse momento, nós temos ações de retomada. Nós temos que usar os meios que vamos ter à disposição para retomar aquela edificação, aquele prédio. Não sei se lhe respondi, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O senhor respondeu. Estão ficando claras as respostas que o senhor está dando, porque, aqui mesmo neste plenário, foi falado várias vezes que haviam facilitado a entrada dos... Eu não os chamo de manifestantes, chamo-os de terroristas. O senhor viu algum? Houve facilidade de ingresso deles?

CARLOS JOSÉ RUSSO ASSUMPÇÃO PENTEADO – Deputado, as imagens que foram disponibilizadas mostram claramente que não houve nenhuma facilitação. Volto aqui: o Palácio do Planalto é vulnerável. Vulnerável. Por quê? Porque ele não tem nenhuma proteção, nenhuma barreira natural ou construída que impeça os manifestantes, que uma vez adentraram o estacionamento, de chegarem rapidamente às vidraças do Palácio do Planalto, no primeiro piso. O senhor não encontra nada que possa, nenhum obstáculo que possa barrar esses manifestantes. Então, não houve facilitação. Se o senhor... o senhor tem acesso às imagens desse dia... Os militares que ali estavam recuaram para fazer um retardamento, que chamamos, ou seja, trocar espaço por tempo, porque o número de manifestantes era muito grande, e eles estavam sendo, realmente, atacados. Eles

retardaram isso. Depois entraram no...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Os militares estavam sendo atacados, não é isso?

CARLOS JOSÉ RUSSO ASSUMPÇÃO PENTEADO – Os manifestantes partiram para cima dessa tropa que estava ali ainda dentro do Plano Escudo, que era...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Não eram pessoas que estavam em oração ali. Eles estavam atacando as forças policiais.

CARLOS JOSÉ RUSSO ASSUMPÇÃO PENTEADO – Esse pessoal que estava ali rompendo a linha estava, realmente, atacando os soldados que estavam ali. Era uma manifestação muito violenta.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – É porque também muita gente fala que eram umas velhinhas que estavam com bíblias, que estavam orando e tudo. Eu acho importante o depoimento que o senhor está prestando, senhor general de divisão, que mostra não foi bem isso, não é? Que não eram velhinhas que estavam com a bíblia orando. Eram, realmente, terroristas que queriam a tomada do poder.

CARLOS JOSÉ RUSSO ASSUMPÇÃO PENTEADO – Deputado, se o senhor me permite.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Sim.

CARLOS JOSÉ RUSSO ASSUMPÇÃO PENTEADO – Tínhamos de tudo. Nós tivemos gente que se manifestou dessa forma violenta e agrediu a nós naquele dia.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O senhor foi agredido também?

CARLOS JOSÉ RUSSO ASSUMPÇÃO PENTEADO – Fui agredido. Graças à proteção dos soldados que estavam lá próximos a mim e ao secretário de segurança e coordenação presidencial, nós não fomos atingidos por pedras, por extintores, por cadeiras e tudo mais.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Era uma turma que estava preparada para a guerra, não é?

CARLOS JOSÉ RUSSO ASSUMPÇÃO PENTEADO – Então, era o que eu estava falando para o senhor. Muita gente permaneceu na Esplanada, nos jardins do Palácio, na praça dos 3 poderes. Então, olhando como... Eu estou tentando lembrar exatamente como eu vi isso. Nós tínhamos de tudo. Nós tínhamos manifestantes extremamente violentos. Nós tínhamos gente que permaneceu no centro da Esplanada, entre a avenida dos Estados e a avenida José Sarney. Nós tivemos gente que estava na praça dos 3 Poderes. E nós tivemos gente... E esses, sim, invadiram o Palácio do Planalto, o Supremo Tribunal Federal e o Congresso Nacional.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Está certo.

General Penteado, quais eram as funções exercidas e as atribuições do general Carlos Feitosa Rodrigues, secretário de segurança e coordenação presidencial; do coronel Wanderli Baptista da Silva Junior, diretor adjunto do Departamento de Segurança Presidencial; e do coronel André Luiz Garcia Furtado? Esses militares, assim como o senhor, também eram da antiga equipe do GSI, comandados pelo general Heleno?

CARLOS JOSÉ RUSSO ASSUMPÇÃO PENTEADO – Deputado, nós permanecemos, todos nós permanecemos lá vindo do governo anterior. Eu gostaria de ressaltar novamente que todos esses nomes que o senhor citou são os mesmos militares que proporcionaram a brilhante festa de posse que nós tivemos. Foi o secretário de coordenação e segurança presidencial, general Feitosa; foi o diretor de segurança adjunto, coronel Wanderli; e o chefe da Segurança de Instalações, coronel Garcia, que fizeram isso. Então, as atribuições deles estão todas previstas para proporcionar segurança. Também elas se encontram aqui, mas eu não vou ficar lendo, porque nós... Mas elas se encontram também no decreto que eu já li. Elas se encontram. Eles realizam a segurança, por

obrigação, do presidente; dentro daquilo que eu falei aqui, era dividido, nesse começo de ano, 6 meses, com a secretaria extraordinária, do vice-presidente e de todas as instalações onde estão essas autoridades. Essa é a atribuição da Secretaria de Segurança e Coordenação Presidencial.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – General Penteado, quais informações a Abin repassou ao GSI? Pois nos parece que o GSI ficou alheio ao que aconteceu entre os dias 6 e 8 de janeiro de 2023. O GSI foi informado da intenção de tomada do poder? Se foi informado, por qual meio chegavam essas informações: telefonemas, relatórios, mensagem pelo WhatsApp? Como secretário executivo do GSI, o senhor participava de algum grupo oficial ou formal de troca de informações de inteligência?

CARLOS JOSÉ RUSSO ASSUMPÇÃO PENTEADO – Vou lhe responder, presidente, o gabinete... Eu posso colocar uma transparência aqui? Se puder colocar aquela minha apresentação... Eu não sei para onde eu aponto. É o *slide* nº 2 por favor. Está aí. Então, essa é a estrutura organizacional do Gabinete de Segurança Institucional. Então, nós temos o ministro e a gente vai ver ali, de um lado, a Secretaria-Executiva, as secretarias todas e a Agência Brasileira de Inteligência. A Agência Brasileira de Inteligência, temos como órgão máximo da inteligência estratégica do país, é ligada diretamente ao ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional. Nós tínhamos um fluxo de informações que é do Sistema Brasileiro de Inteligência, e ele tinha, até o começo, o final do ano passado, um fluxo que nós chamamos de informações correntes, que, na verdade, não têm o tratamento de uma informação, mas elas são, como foi colocado ali, quase como alertas, num grupo de WhatsApp que foi descontinuado na primeira semana de janeiro. Então, todas as mensagens recebidas ficaram entre a Agência Brasileira de Inteligência e o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Está certo.

General Penteado, quais providências foram tomadas pelo GSI, no dia 6 de janeiro de 2023, para garantir a segurança pessoal do presidente da República e do Palácio do Planalto naquele final de semana, haja vista as informações de que havia um movimento marcado para a Esplanada dos 3 Poderes e denominado "tomada do poder"?

Temos imagens que mostram que o general Gonçalves Dias esteve no Palácio do Planalto após começarem as invasões. O senhor esteve no Palácio do Planalto naquela tarde? Se esteve, quais as medidas que o senhor tomou antes da chegada ao local do general Gonçalves Dias?

CARLOS JOSÉ RUSSO ASSUMPÇÃO PENTEADO – Vou começar pelo dia 6.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Sim.

CARLOS JOSÉ RUSSO ASSUMPÇÃO PENTEADO – Também já é público e notório: houve uma reunião na Secretaria de Segurança do Distrito Federal. Era normal nós participarmos dessas reuniões. Nós não fomos convidados para essa reunião em que se estabeleceu o Protocolo de Ações Integradas nº 2. Os senhores também têm conhecimento disso.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Eu queria que o senhor esclarecesse melhor isso. Quer dizer que era comum, era normal a participação nas reuniões na Secretaria de Segurança, e nessa os senhores não foram convidados?

CARLOS JOSÉ RUSSO ASSUMPÇÃO PENTEADO – Não fomos convidados.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O senhor não achou estranho?

CARLOS JOSÉ RUSSO ASSUMPÇÃO PENTEADO – Deputado, para ser muito sincero com o senhor, eu só fiquei sabendo que houve essa reunião muito depois do dia 8.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – É. Isso é preocupante.

CARLOS JOSÉ RUSSO ASSUMPÇÃO PENTEADO – Ela, a reunião, ocorreu no dia 6. Ali foi estabelecido um protocolo de ações integradas. Vários órgãos participaram. No dia 6, nós tínhamos, já dentro do alerta das manifestações... Isto eu estou falando tudo com conhecimento posterior. A gente já tinha estabelecido o alerta laranja, no qual 1 pelotão fica de prontidão no Palácio e 2

pelotões ficam de prontidão numa organização militar do Comando Militar do Planalto. E isso foi feito. O presidente viajou para São Paulo. Então, a segurança do presidente, que era atribuição da secretaria extraordinária, foi para São Paulo. A Secretaria de Coordenação e Segurança Presidencial, no dia 7, começou a providenciar a ida do presidente, estabelecer a segurança para ele ir a Araraquara, porque ele iria visitar... se não me engano, teve uma chuva muito forte e afetou muito a cidade de Araraquara, e ele fez a visita efetivamente lá. Então, a secretaria junto com a secretaria extraordinária coordenaram essa visita do presidente lá. E isso é que foi feito nesses dias. No dia 8, nós estávamos com o Palácio totalmente vazio, exceto a segurança pelos agentes de segurança de instalações do Gabinete de Segurança Institucional. Então, no domingo, o Palácio não tem expediente. Era o dia 8 um domingo, exatamente uma semana depois da posse. Então, o que tinha no Palácio do Planalto era pessoal de segurança, a tropa que permanentemente vai para o Palácio do Planalto para fazer a segurança – 46 homens do 1º Regimento de Cavalarias de Guardas – e mais todos os agentes de segurança de instalações, com um major, que é o supervisor de dia que coordena tudo isso.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Está certo.

General, no dia 8 de janeiro de 2023, a que horas o senhor decidiu ir para o Palácio do Planalto e por quê? O senhor chegou ao Palácio do Planalto sozinho ou acompanhado de algum assessor? Quando o senhor chegou à sede do Palácio do Planalto, o prédio já havia sido invadido? O senhor solicitou apoio ao Comando Militar do Planalto antes de o prédio ser invadido? O apoio foi realizado? Se o foi, por que houve a invasão no Palácio do Planalto, general?

CARLOS JOSÉ RUSSO ASSUMPÇÃO PENTEADO – Vou começar, presidente, pelo final. Ao não ter recebido... a coordenação que faz avaliação de risco, ao não ter recebido os alertas que poderiam ter sido repassados, ela manteve a criticidade em laranja. Em cima dessa criticidade, se estabelece a dosagem de tropas para a proteção do Palácio do Planalto. Então, isso que foi feito. Quando nós estamos falando, à medida que teve a invasão, eu reforço que não tem mais Plano Escudo. A partir daí, é o envio de tropas, é o envio de reforço que não tem mais Plano Escudo. A partir daí, é o envio de tropas, é o envio de agentes para nós retomarmos o prédio. Eu recebo a ligação do general Carlos Feitosa dizendo que os manifestantes tinham rompido uma das barreiras estabelecidas – uma linha verde – na avenida das Bandeiras. Por um protocolo de 2017, são proibidas manifestações na praça dos 3 Poderes. Mas eles romperam a barreira. Ele me liga e fala: “General, eu estou me deslocando para o Planalto”. Eu falei: “Feitosa, passe aqui em casa e me apanhe, porque eu vou junto”. Na nossa ida – eu moro aqui na 303 Norte – para o Palácio do Planalto, ou um pouco antes, fiz ligação para o ministro – a conversa já reportei aqui – dizendo para ele não ir, porque temia pela segurança e integridade física dele e pelo nível de autoridade em que estava. Estava me deslocando e fui me deslocando. Nesse momento, entro em comunicação com o comandante militar do Planalto, que reforça as tropas para a defesa do Palácio do Planalto. Chego ao Palácio do Planalto pela N2 entre 15 e 15 e 15 e 20. Sou recebido pelo coordenador de segurança de instalações, o coronel Garcia, e pelo tenente-coronel Alex Marcos. Nós estacionamos fora do palácio, tentamos adentrá-lo pelo estacionamento. Quem conhece a N2 sabe que tem as entradas dos estacionamentos do palácio. Tentamos entrar, subir para o segundo piso. Fomos impedidos, estava tudo bloqueado. Retornamos, fizemos a volta pelos anexos, pegamos a direção do Corpo de Bombeiros para a subida da N1, exatamente na frente dos anexos, bem na face sul do Palácio do Planalto. Ali foi que eu vi os manifestantes. A tropa da PM que tentava fazer a contenção já estava ali embaixo. Tinha ainda policiais tentando impedir mais manifestantes de descerem na direção do Palácio do Planalto. Nesse momento, nós chegamos ali. Eu me dirigi. O pessoal estava tirando... Tropas da polícia e já tropas recebendo reforço do Exército. Volto a dizer: não tinha mais Plano Escudo, deputado. O Plano Escudo tinha perdido a sua finalidade. Nesse momento, nós estávamos com essas tropas da Polícia Militar e com as tropas do Exército que tinham chegado, que eram as tropas que estavam previstas pelo Comando Militar do Planalto, já reforçando. O que foi feito? Nós começamos a tirar o pessoal que estava nas imediações, porque o palácio foi invadido, e também manifestantes entraram nos jardins do Palácio do Planalto. Quem conhece ali sabe que tem aquele jardim, aquele gramado ao lado, e

nós tínhamos que tirar esse pessoal. Entre 15 e 30 e 15 e 40 foi que eu avistei o general Gonçalves Dias – ministro Gonçalves Dias – que estava na mureta próximo à faixa sul, ali na frente dos anexos. Fui falar com ele, falei o que nós íamos fazer e, a partir daí, nós fomos retirar o pessoal ali embaixo. E todo o restante é aquilo que eu já reportei.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Está certo.

Quero só lembrar que são 11 horas. Só farão indagações os deputados que já tiverem chegado. De acordo com o nosso entendimento, quem tiver chegado até às 11 horas terá direito à palavra. A partir deste momento, estão encerradas as inscrições.

General Penteado, como as imagens do general Gonçalves Dias no Palácio do Planalto vazaram para a imprensa? Por que o senhor e os demais membros da equipe do GSI que restaram da equipe do general Heleno não apareceram nas referidas imagens?

Quem era o responsável pela guarda daquelas imagens? O senhor acredita que algum integrante do GSI da época do general Augusto Heleno foi responsável por aquelas imagens?

Aliás, o general Augusto Heleno iria depor nesta CPI no dia em que aquelas imagens se tornaram públicas e desistiu, na última hora, de depor naquela oportunidade. Tudo nos leva a crer que ele tinha informações de que tais imagens seriam publicadas naquele dia. O que o senhor tem a falar a respeito disso?

CARLOS JOSÉ RUSSO ASSUMPÇÃO PENTEADO – Presidente, todas as imagens do Palácio do Planalto são gravadas e arquivadas na Diretoria de Tecnologia, que é subordinada à Secretaria de Administração. Não é do GSI. O GSI não detém a gravação de nenhuma câmera do Palácio do Planalto. Essas câmeras são todas ligadas, gravados e arquivados os seus vídeos na Diretoria de Tecnologia. Todas as filmagens da noite do dia 8, no Palácio do Planalto, foram disponibilizadas para o inquérito da Polícia Federal que tinha sido aberto. Nenhum militar do GSI teve acesso a essas câmeras nesse intervalo. Elas foram repassadas diretamente. Que eu me lembre – eu estava ali à noite –, vieram, pediram as imagens, e essas imagens foram repassadas à Polícia Federal. Esse é um envio que não passa pelo gabinete. Com relação ao que o senhor falou, o restante, eu não tenho elementos aqui para dizer “sim” e “não” sobre isso que o senhor falou.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Mas essa informação que o senhor nos traz de que a guarda das imagens não é de responsabilidade do GSI é muito importante, porque agora nós poderemos aprofundar as investigações para saber quem vazou as imagens. Elas foram vazadas e foram vazadas editadas, o que é mais grave.

Por fim, general Penteado, eu gostaria de dizer ao senhor que tudo indica que houve falha da Polícia Militar do Distrito Federal, porém não há como não voltar nossos olhos para o GSI, por várias ações desornadas do órgão naquele dia. Sendo assim, indago: houve sabotagem dos antigos integrantes do GSI oriundos da gestão do general Heleno para prejudicar a imagem de gestor do general G. Dias?

CARLOS JOSÉ RUSSO ASSUMPÇÃO PENTEADO – Presidente, não há a mínima possibilidade de um integrante do Gabinete de Segurança Institucional sabotar qualquer autoridade desta República. Os militares que ali estão têm plena consciência do seu dever funcional. Nós somos servidores do Estado. Servimos à nação brasileira. Os militares que de que se está falando – todos – têm mais de 30 anos de serviço dedicados à nação brasileira. Os militares que estão ali são os mesmos que proporcionaram a brilhante atividade e as ações da posse do dia 1º. Nós temos – e eu tenho ainda hoje – um apreço pelo Palácio do Planalto por ter servido ali. Tenho certeza que comungo, junto com todos os integrantes do GSI, desse apreço. Temos por ele um respeito, pois é uma instituição que é representativa da República, independentemente do presidente que ali esteja. Esses militares e eu que estou aqui falando com o senhor hoje, falando com todos, nunca praticaríamos um ato vil dessa natureza, o senhor tenha certeza disso. Nem eu, nem nenhum dos militares com que eu convivi do Gabinete de Segurança Institucional e, em particular, aqueles que estavam ali. O que eu vi naquele dia – e posso lhe afirmar, presidente – foi uma bravura e uma

coragem para poder retirar aqueles manifestantes. Se fossem pessoas que queriam sabotar, eu vou dizer sinceramente: eles não teriam se empenhado daquela forma – Exército Brasileiro, Gabinete de Segurança Institucional, Polícia Militar do DF. Às 17 e 30 do dia 8 – 2 horas e pouco depois da invasão –, o prédio estava retomado. Poderia não ter acontecido? Poderia. Poderia. Poderia não ter acontecido? Poderia. Se alertas tivessem chegado àqueles que tinham condições de colocar em execução o Plano Escudo, isso teria sido efetivo. Infelizmente eu estou sentado hoje aqui porque isso não aconteceu. Mas eu garanto para o senhor que não foi sabotagem, não foi desídia e não foi desleixo de nenhum desses servidores.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – General, antes de passar para o nosso relator, eu quero registrar um fato que eu acho positivo. O senhor é um general de divisão da ativa do Exército Brasileiro.

CARLOS JOSÉ RUSSO ASSUMPTÃO PENTEADO – Da reserva agora.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Agora na reserva. O senhor comparece a esta CPI com traje normal. Acho isso importante.

Deputado Hermeto, V.Exa. está com a palavra pelo tempo que achar necessário.

DEPUTADO HERMETO – Obrigado, presidente.

Bom dia, senhor general.

General, o senhor disse – e eu, como militar, sempre falo isto – nós militares servimos ao Estado. A Polícia Militar serve ao Estado também, independentemente do governo que esteja aí, independentemente do governador, do presidente. Os governos vão passar, a instituição vai ficar. O senhor disse que serviu a vários presidentes. Quais foram os presidentes a que o senhor serviu? O senhor pode dizer?

CARLOS JOSÉ RUSSO ASSUMPTÃO PENTEADO – Deputado, eu servi como cadete desde o ex-presidente João Baptista Figueiredo até o dia 31 de março deste ano, ao presidente Lula. Todos esses nesse intervalo.

DEPUTADO HERMETO – O senhor ocupou funções de comando no GSI, por exemplo, no primeiro governo do presidente Lula, no segundo governo, no governo Dilma, no governo Fernando Henrique, no governo Collor de Mello?

CARLOS JOSÉ RUSSO ASSUMPTÃO PENTEADO – Não, senhor. A única atividade que eu tive, no Gabinete de Segurança Institucional, foi como secretário executivo.

DEPUTADO HERMETO – General, o senhor falou sobre o Plano Escudo. Há como o senhor detalhar um pouquinho o que é realmente esse plano se o senhor puder fazer isso publicamente?

CARLOS JOSÉ RUSSO ASSUMPTÃO PENTEADO – Dentro do que eu puder fazer, eu farei para o senhor.

DEPUTADO HERMETO – Nada que comprometa a segurança.

CARLOS JOSÉ RUSSO ASSUMPTÃO PENTEADO – Sim, senhor, até porque esse tipo de planejamento é de acesso restrito e permanece lá por obviedade que o senhor, como ex-militar, sabe bem.

DEPUTADO HERMETO – Ex, não. Veterano.

CARLOS JOSÉ RUSSO ASSUMPTÃO PENTEADO – Veterano. Eu também sou veterano agora, deputado.

DEPUTADO HERMETO – Nós somos veteranos.

CARLOS JOSÉ RUSSO ASSUMPTÃO PENTEADO – Veteranos. O Plano Escudo, como eu falei, é um plano que nós chamamos de plano de prateleira. O que é um plano de prateleira? Ele é tirado da prateleira quando nós vamos ter algo que tem a ver com aquele plano. No caso específico do

plano, ele diz assim: "Ameaças, grupos de indivíduos e integrantes de manifestações que pratiquem atitudes de desrespeito à lei e à ordem pública com o objetivo de atingir o Palácio do Planalto". Então, nós fazemos um plano que é preventivo para impedir que tenha um ataque à integridade do Palácio do Planalto, e a constituição dele depende do Comando Militar do Planalto com as suas tropas e da Polícia Militar do Distrito Federal também com suas tropas. Aí nós temos, dentro desse planejamento, a dosagem de tropas necessárias conforme o tipo de manifestação que vai ser feita. *Grosso modo*, o Plano Escudo serve para adequar manifestação à segurança que eu quero proporcionar.

DEPUTADO HERMETO – O senhor citou a Polícia Militar na retomada do Palácio do Planalto. Em algum momento, general, o senhor sentiu, por parte de algum policial militar – soldado, cabo, sargento ou oficial –, algum tipo de facilitação ou corpo mole – na gíria policial –, para que, dentro do palácio, se deixasse quebrar alguma coisa ou vandalizar o palácio?

CARLOS JOSÉ RUSSO ASSUMPÇÃO PENTEADO – Deputado, quando eu cheguei, a tropa que ainda continha uma linha de manifestantes era da Polícia Militar do Distrito Federal mais a tropa remanescente – de que eu falei, do Plano Escudo – do Exército Brasileiro. Durante a minha chegada e até a minha saída – volto a dizer para o senhor –, o que eu vi foram militares comprometidos com retomar o Palácio do Planalto. Nós fomos atacados por manifestantes violentos e todos que estavam ali – todos, independentemente de posto, de graduação – executaram seu trabalho. Quando terminou, mais à noite, eu me dirigi a vários militares que estavam ali e, isto, eu falei para eles, que eu agradecia. Não era para ter acontecido, mas eu agradecia o empenho deles em termos retomado o Palácio do Planalto.

DEPUTADO HERMETO – O senhor conheceu o comandante da PM que está preso ou o subcomandante?

CARLOS JOSÉ RUSSO ASSUMPÇÃO PENTEADO – Não conheci.

DEPUTADO HERMETO – O senhor teve contato?

CARLOS JOSÉ RUSSO ASSUMPÇÃO PENTEADO – Não, senhor.

DEPUTADO HERMETO – General Penteado, houve falha no planejamento de segurança do GSI nos atos do dia 8? O senhor acha que houve falha? Na sua concepção, houve falha? Só responda se o senhor quiser.

CARLOS JOSÉ RUSSO ASSUMPÇÃO PENTEADO – Eu vou responder para o senhor de 2 formas. Uma delas é dessa que nós estamos fazendo hoje, olhando para o retrovisor. Olhando para o retrovisor, nós podemos dizer que houve. Não falhas de planejamento, falhas no fluxo de informações. E aqui eu tenho que explicar como é que nós trabalhamos. Nós trabalhamos com sensores, que são aqueles que vão adquirir a informação, o que era feito pela Agência Brasileira de Inteligência. Nós trabalhamos com decisores, que são aqueles que recebem dos sensores a informação. Esses decisores, à medida que vão recebendo a informação, decidem e mandam para os atuadores. Nós tivemos uma quebra nesse fluxo de informação, e isso levou a um planejamento do Plano Escudo abaixo daquilo que se verificou. Olhando no retrovisor, olhando como nós olhávamos naquele dia – em que tínhamos a informação de que a manifestação seria pacífica, de baixa intensidade e iria se restringir particularmente à área do Setor Militar Urbano, essa era a informação que nós tínhamos –, olhando de lá para cá, deputado, digo para o senhor isto: o planejamento estava adequado, coerente com aquilo que nós tínhamos. Olhando no retrovisor, agora é fácil.

DEPUTADO HERMETO – Então, olhando agora no retrovisor, houve falha?

CARLOS JOSÉ RUSSO ASSUMPÇÃO PENTEADO – Falha no fluxo de informações.

DEPUTADO HERMETO – Isso, mas é uma falha, não é, general?

E sobre aprendizado, general? O senhor me disse informalmente que em tudo há um aprendizado. O que seria aprendizado hoje? O senhor acha que houve aprendizado em tudo o que aconteceu no dia 8?

CARLOS JOSÉ RUSSO ASSUMPÇÃO PENTEADO – Boa pergunta, deputado. A gente trabalha... A nossa vida é feita para não cometermos erro novo. Então, tem aprendizado, vários aprendizados.

DEPUTADO HERMETO – Tem?

CARLOS JOSÉ RUSSO ASSUMPÇÃO PENTEADO – Eu vou dizer 1 para o senhor que, do meu ponto de vista, é importante: melhorar esse fluxo de informações de modo que sensores levem a decisores, e decisores imediatamente repassem para quem tem a devida capacidade de botar os atuadores. Eu acho que isso, talvez, seja o ponto nevrálgico de toda essa discussão. Para mim, isso ficou muito claro por quê? Porque, no começo, posteriormente ao dia 8, eu pensava que nós realmente tivéssemos tido – e aqui o senhor me permita falar – um apagão de inteligência. Tem um livro muito bom chamado *A Lógica do Cisne Negro* que fala desses acontecimentos inusitados que pegam todo mundo de surpresa porque eles eram realmente imprevisíveis. Não houve. Não houve isso, não houve apagão de inteligência. A inteligência não chegou a quem deveria atuar. Ela não chegou. Isso foi o que nos levou a não termos adequado a tropa, dentro do Plano Escudo, para aquela manifestação.

DEPUTADO HERMETO – E quem municiava o GSI com informações era a Abin?

CARLOS JOSÉ RUSSO ASSUMPÇÃO PENTEADO – A Abin. Os alertas já são de conhecimento público e eram enviados diretamente para o ministro.

DEPUTADO HERMETO – Ok.

Os alertas de inteligência da Abin recebidos pelo general G. Dias foram enviados para mais alguém dentro do GSI? O general G. Dias disse que houve alertas.

CARLOS JOSÉ RUSSO ASSUMPÇÃO PENTEADO – Não chegou para nós.

DEPUTADO HERMETO – Não?

CARLOS JOSÉ RUSSO ASSUMPÇÃO PENTEADO – Tudo isso que eu vou falar para o senhor é posteriormente, está bem, deputado? No dia 7 foi criado um grupo, e se coloca um militar do GSI nesse grupo sem ele tomar conhecimento. E, a partir daí, esse militar faz parte do grupo. Mas ele estava de licença naquele dia. Então, esse fluxo realmente não foi produtivo.

DEPUTADO HERMETO – O general G. Dias informou, na CPMI do Congresso Nacional, ter sido levado ao erro por conta de informações divergentes recebidas do senhor Saulo Cunha, da Abin; da coronel Cintia, da Polícia Militar do DF; e do senhor.

Que informações que o senhor passou para o general G. Dias? Ele disse que foi levado ao erro. Não sou eu que estou falando, ele disse isso na CPMI do Congresso Nacional.

CARLOS JOSÉ RUSSO ASSUMPÇÃO PENTEADO – Deputado, eu já abordei com o senhor a quebra do fluxo de informação.

DEPUTADO HERMETO – Certo.

CARLOS JOSÉ RUSSO ASSUMPÇÃO PENTEADO – Eu não tive acesso – nem o pessoal que deveria – a esses alertas de informação que chegaram diretamente ao ministro. Eu não recebi nenhuma informação. Portanto, eu não poderia repassar nenhuma informação. Às 8 e 36 da manhã do dia 8 de janeiro – também é público –, o diretor-geral adjunto da Agência Brasileira de Inteligência avisa que já tinha formado opinião sobre a manifestação e que ela teria – como teve de fato – o grau de violência que houve. Às 8 e 36, o ex-ministro já tinha, cognitivamente, chegado – ele mesmo disse, não fui eu – à seguinte conclusão: “Vamos ter problemas”. Das 8 e 36 até o momento da invasão do Palácio do Planalto, que se dá entre 15 horas e 15 e 10 – por volta disso –, nós teríamos tido tempo de fazer muita coisa. Nós teríamos tempo de acionar, fazer o plano de chamada do gabinete, colocar lá os militares; nós teríamos tempo de levar as tropas previstas no Plano Escudo para o Palácio do Planalto; nós teríamos tempo de reagir. Nós não recebemos a informação.

DEPUTADO HERMETO – É grave.

Só esclarecendo ao presidente, deputado Chico Vigilante, sobre a farda: o general Penteado está na reserva. Eu, por exemplo, mesmo sendo deputado, se for me apresentar em algum local e quiser ir fardado, como sou veterano, tenho que pedir autorização ao comando. E, no caso dos coronéis da PM que estiveram aqui fardados, eles estão na ativa. Então, eles podem usar farda, deputado. Se o senhor tivesse que usar a farda aqui, general, acho que o senhor teria que pedir autorização. No Exército é assim?

CARLOS JOSÉ RUSSO ASSUMPÇÃO PENTEADO – É exatamente assim também, deputado.

DEPUTADO HERMETO – Está bom.

As informações passadas pelo senhor Saulo Cunha são do conhecimento de todos. Contudo, o senhor saberia me dizer quais informações a coronel Cintia, da Polícia Militar, teria passado para o general G. Dias? Saberia me dizer se ela informou algo no sentido de estar tudo sob controle no que diz respeito ao planejamento das forças de segurança do Distrito Federal?

CARLOS JOSÉ RUSSO ASSUMPÇÃO PENTEADO – Não tenho esse conhecimento.

DEPUTADO HERMETO – O senhor já disse isso aqui.

General Penteado, recentemente, vimos a prisão de diversos oficiais da PMDF por conta dos atos antidemocráticos. A PGR argumenta, nessas prisões, que todos os oficiais presos, de alguma forma, tinham poder para evitar os atos do dia 8.

O senhor concorda que seria da mesma maneira no GSI visto que tanto o general G. Dias quanto o senhor, ou mesmo o general Feitosa, tinham poderes para tomar providências que garantissem mais eficientemente as instalações do Palácio do Planalto? Praticamente todos os oficiais da Polícia Militar, do comando, estão presos. Assim como o senhor e o general G. Dias, todos teriam condições?

CARLOS JOSÉ RUSSO ASSUMPÇÃO PENTEADO – Deputado, em relação à Polícia Militar do Distrito Federal, eu não tenho elementos para dizer ao senhor, porque eu não acompanho o caso. Eu não sei o que está incluído naquilo ali. No caso do Gabinete de Segurança Institucional, este, sim, eu posso dizer ao senhor que se tivéssemos eu, o general Carlos Feitosa ou qualquer outro integrante do Gabinete de Segurança Institucional – nessa linha que é responsabilidade da Secretaria de Segurança e Coordenação Presidencial, mas que ali está o diretor de segurança etc. – recebido os alertas, eu posso afirmar ao senhor – eu posso afirmar – que nós teríamos alocado os meios necessários para se evitar a invasão do Palácio do Planalto.

DEPUTADO HERMETO – Não aconteceria?

CARLOS JOSÉ RUSSO ASSUMPÇÃO PENTEADO – Não aconteceria.

DEPUTADO HERMETO – Hoje a história seria outra hoje. Seria uma tentativa.

O senhor tem conhecimento de alguma outra manifestação em frente aos quartéis do Exército brasileiro? Na sua história, ao longo dos seus 41 anos de Exército Brasileiro, alguém acampou em frente aos quartéis, pedindo... dessa forma como aconteceu, durante esse momento pelo qual passamos?

CARLOS JOSÉ RUSSO ASSUMPÇÃO PENTEADO – Deputado, eu teria que fazer aqui um *flashback* para lhe dizer. Lembro-me de que, quando eu estava no Comando Militar do Sul, havia, sim, manifestações que estavam ali no tempo da...

DEPUTADO HERMETO – Mas eram contra a democracia?

CARLOS JOSÉ RUSSO ASSUMPÇÃO PENTEADO – Deputado, eu não tenho elementos para dizer ao senhor, porque realmente ela fugia ao meu escopo de atribuições.

DEPUTADO HERMETO – Eu tenho 57 anos. Eu sempre gostei de política. Lembro-me do general João Baptista de Oliveira Figueiredo. Eu o acompanhava. Eu tinha 12, 14, 15 anos, e

tínhamos a Semana do Presidente, um monte de coisas. Eu gostava de ver.

Eu sempre acompanhei e nunca ouvi falar, em todo esse tempo, de acamparem na porta dos quartéis e pedirem atos contra a democracia, não aceitarem o resultado das urnas. Eu nunca vi. E eu acompanho isso desde a época do Figueiredo. Acho que eu me lembro até do general Geisel, que era o pastor.

Eu tenho 57 anos, mas tenho memória fotográfica. Eu gosto de política desde aquela época.

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO HERMETO – Era o Geisel, houve até uma passagem em que alguém falou em negócio de pastor e tal.

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO HERMETO – Eu lembro do Geisel. Depois, o Figueiredo.

Pela experiência de general e pelo conhecimento militar que o senhor possui – só responda se desejar, general –, o que o senhor acha – voltando a isso, independentemente da causa ou motivo – de um acampamento permanente montado na porta de um quartel-general do Exército Brasileiro, uma unidade máxima da instituição, pedindo intervenção? O que o senhor acha disso? Responda se o senhor desejar.

CARLOS JOSÉ RUSSO ASSUMPCÃO PENTEADO – Deputado, especificamente para o que eu vim aqui, isso não era a minha atribuição.

DEPUTADO HERMETO – Então, o senhor não precisa...

CARLOS JOSÉ RUSSO ASSUMPCÃO PENTEADO – Dentro da minha esfera de atribuição, eu acho...

DEPUTADO HERMETO – Essa seria uma pergunta que eu faria a um oficial general para eu poder embasar meu relatório. Mas o senhor a responde se assim desejar.

(Pausa.)

DEPUTADO HERMETO – O general G. Dias disse nesta CPI que o acampamento em frente ao Quartel-General do Exército era uma situação embaraçosa, que, naquela área de jurisdição militar, o Exército Brasileiro poderia ter retirado o acampamento sem a necessidade de decisão judicial.

Na Polícia Federal, o general G. Dias disse que há um regulamento que prevê a desocupação se fosse o caso. O senhor concorda com isso? Saberá me dizer que regulamento é esse?

CARLOS JOSÉ RUSSO ASSUMPCÃO PENTEADO – Não tenho esse conhecimento.

DEPUTADO HERMETO – Eu vou terminar as minhas questões com um pequeno texto e, ao final, farei uma pergunta.

General Penteado, no dia 8 de janeiro de 2023, após os atos de vandalismo contra os poderes da República, o general Dutra rapidamente mobilizou dezenas de militares com tanques de guerra para impedir a entrada da Polícia Militar do Distrito Federal no acampamento em frente ao QG do Exército, mostrando com isso a sua força e autoridade sobre aquela área. O general Dutra veio a esta CPI e disse que o acampamento estava praticamente acabado nos dias que antecederam os atos do dia 8.

Se o general Dutra tivesse tido a mesma disposição que teve para impedir os policiais militares de entrarem no acampamento, no dia 8, para impedir os manifestantes de novamente se concentrarem em frente ao Quartel-General do Exército – já que o acampamento, como dito por ele, estava praticamente vazio, com menos de 300 pessoas –, nada disso estaria acontecendo. Ou seja, não teríamos CPI, não teríamos policiais militares presos, não teríamos milhares de pessoas presas se toda essa disposição que houve para impedir o trabalho da Polícia Militar tivesse acontecido.

O senhor acha que o general Dutra foi negligente – responda se o senhor quiser – ou

intencionalmente não retirou esses acampamentos antes?

CARLOS JOSÉ RUSSO ASSUMPÇÃO PENTEADO – Deputado, eu não posso expressar minha opinião sobre os atos de outro oficial general.

DEPUTADO HERMETO – *Ok.*

Eu só quero dizer que sobre esse momento em que o general Dutra impediu que a Polícia Militar fizesse a desocupação, ele disse aqui que tinha receio de haver banho de sangue, mortes. Mas eu tinha que fazer esse relato de toda a disposição que ele teve para impedir o trabalho da Polícia Militar, a qual mobilizou todo o efetivo que podia para desmobilizar aquele acampamento, e isso não foi possível.

Muito obrigado, general, pelas suas respostas.

CARLOS JOSÉ RUSSO ASSUMPÇÃO PENTEADO – Muito obrigado, deputado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – A presidência vai suspender os trabalhos por 5 minutos, a pedido do advogado.

Está suspensa a reunião.

(Suspensa às 11h28min, a reunião é reaberta às 11h37min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Está reaberta a reunião.

Concedo a palavra, por até 25 minutos, ao deputado Fábio Félix.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Muito obrigado, presidente. Bom dia a todos os que assistem a nós e acompanham a nossa reunião, à imprensa, ao general Penteado. Bem-vindo à Câmara Legislativa do Distrito Federal.

CARLOS JOSÉ RUSSO ASSUMPÇÃO PENTEADO – Obrigado.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Eu vou passar a algumas perguntas. Muitas já foram feitas pelos meus antecessores. Mas, antes disso, quero dizer só 2 pontos que eu acho que são importantes para a nossa reflexão e para que eu possa proceder às perguntas.

O primeiro ponto é que esta CPI trabalha com algumas linhas de investigação, inclusive dentro das contradições e das visões divergentes que estão aqui dentro. Uma delas é a da possibilidade de sabotagem, conspiração e articulação para um golpe no Brasil desde o final das eleições de 2022, no dia 30 de outubro, quando o ex-presidente da República não reconheceu o resultado das urnas e trabalhou para desqualificar as urnas eletrônicas e o processo eleitoral brasileiro.

Essa é uma linha e uma tese muito viva na investigação que acontece nesta CPI e na CPMI. Então, isso é importante, porque não partimos do pressuposto de que o que aconteceu no dia 8 de janeiro seja um fato isolado ou um fato restrito a vandalismo e ataque aos prédios públicos. Ao contrário disso, também partimos da leitura de que aquilo seja fruto ou consequência de um processo político construído logo após o não reconhecimento do resultado das eleições no dia 30 de outubro.

O segundo ponto de que partimos relaciona-se ao pressuposto da necessidade de avaliação e investigação sobre a postura dos servidores públicos. Sabemos dos princípios, das diretrizes do Exército Brasileiro. O senhor trouxe algumas dessas noções. Uma delas, que o senhor reforçou algumas vezes, foi a noção de lealdade. Apesar disso, sabemos que as pessoas têm a sua dimensão humana e a sua dimensão de erro, por isso elas precisam ser avaliadas e investigadas, especialmente no serviço público.

Então, nós não partimos do pressuposto de que há uma moralidade inabalável ou uma estatura moral inabalável nas pessoas, mesmo elas sendo parte ou não de uma instituição como o Exército Brasileiro. Eu acho importante dizer isso, porque acho que não só nós, mas também a sociedade não vemos uma instituição como maior ou como exemplo de superioridade moral ou de

estatura moral, digamos.

Nós estamos investigando a Polícia Militar e já temos elementos suficientes para dizer que não houve um apagão de inteligência, porque as informações e as frações de informações de inteligência chegaram à cúpula da Polícia Militar do Distrito Federal, que são os decisores – pela equação que o senhor nos trouxe aqui hoje. Os decisores obtiveram as informações, muitas delas graves, e não tomaram as atitudes necessárias. Não cabe ao senhor essa avaliação, mas, obviamente, a CPI está fazendo esta discussão do caso da Polícia Militar do Distrito Federal.

Sobre a questão do GSI, nós temos algumas dúvidas. Há relatos de que, durante os últimos anos, o GSI passou a adotar como prática a troca de informações de inteligência por meio de mensagens de WhatsApp. O senhor confirma essa informação? Como era feita a gestão de informações de inteligência?

CARLOS JOSÉ RUSSO ASSUMPÇÃO PENTEADO – Deputado Fábio Félix, obrigado. A gestão fica com a Agência Brasileira de Inteligência. Eu posso dizer para o senhor, como secretário executivo, como nós recebíamos isso lá. Nós tínhamos os relatórios que vinham via Sistema Brasileiro de Inteligência; nós recebíamos, dentro de um grupo de WhatsApp, o que se chama de informações correntes, ele era feito; e nós tínhamos um aplicativo...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Então, era um grupo de WhatsApp?

CARLOS JOSÉ RUSSO ASSUMPÇÃO PENTEADO – Era um grupo de WhatsApp.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – O senhor lembra o nome desse grupo?

CARLOS JOSÉ RUSSO ASSUMPÇÃO PENTEADO – Esse grupo se chamava Petit Comité.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Petit Comité. Certo.

CARLOS JOSÉ RUSSO ASSUMPÇÃO PENTEADO – E nós tínhamos um aplicativo que foi descontinuado, que se chamava Radar. Então, esse era o fluxo que normalmente a Agência Brasileira tinha de envio de informações.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – General, esse aplicativo era um aplicativo contratado? Era um sistema desenvolvido para uso do GSI?

CARLOS JOSÉ RUSSO ASSUMPÇÃO PENTEADO – Não, senhor. Esse era direto da Agência Brasileira de Inteligência, desenvolvido por eles, que foi descontinuado no ano passado – eu não vou ter a data aqui, se foi outubro ou se foi antes de setembro, por aí, deputado.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – E, nesse grupo Petit Comité, os senhores recebiam as informações ou frações de inteligência em tempo real?

CARLOS JOSÉ RUSSO ASSUMPÇÃO PENTEADO – Nós recebíamos quase que em tempo real, quase que em tempo real. E eram situações de... Lembrando – eu acho que também é bom, deputado Fábio Félix, esclarecer isto – que a Agência Brasileira de Inteligência tem, nas suas determinações, um portfólio de acompanhamento da situação. E é isso que embasa a inteligência estratégica do Estado brasileiro. A Agência Brasileira é o órgão máximo do Sistema Brasileiro de Inteligência e ela trabalha com suas agências etc. para fazer isso daí. Aí ela produz inteligência. Essa inteligência, dentro dela, são aquelas que vão redundar em relatórios – e aí tem um fluxo de inteligência, e o senhor teria que a alguém especializado na área de inteligência para lhe explicar, porque tem todo um processamento para verificar aquilo e isso se transformar em uma informação; e nós temos uma outra, que são as correntes, avisos que eram dados que nós não poderíamos chamar de informações. Elas seriam – como a gente classificaria dentro da estrutura de inteligência do Exército – informes. Ou seja, eu tenho...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – E o senhor estava nesse grupo Petit Comité? O senhor poderia me dizer quem estava nesse grupo?

CARLOS JOSÉ RUSSO ASSUMPÇÃO PENTEADO – Até o meio de dezembro, final de

dezembro, esse grupo também foi desativado, esse Petit Comité.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Então, entre o dia... O senhor não lembra a data, não?

CARLOS JOSÉ RUSSO ASSUMPÇÃO PENTEADO – Não lembro.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Então, entre o dia 2 e o dia 8 de janeiro, não existia nenhuma troca de informações via WhatsApp sobre inteligência?

CARLOS JOSÉ RUSSO ASSUMPÇÃO PENTEADO – Com a Secretaria Executiva, com a Secretaria de Segurança e Coordenação Presidencial não havia.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Então, o senhor afirma que, entre o dia 2 e o dia 8 de janeiro, o senhor não recebeu nenhum informe de inteligência sobre a situação que estava prevista na manifestação do dia 8.

CARLOS JOSÉ RUSSO ASSUMPÇÃO PENTEADO – Não recebi.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Nenhuma informação?

CARLOS JOSÉ RUSSO ASSUMPÇÃO PENTEADO – Não.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Está certo. Eu acho que é um detalhamento importante, porque o grupo foi desativado, e o senhor não lembra a data.

CARLOS JOSÉ RUSSO ASSUMPÇÃO PENTEADO – Eu não lembro a data.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Mas foi descontinuado... O Radar foi descontinuado em outubro...

CARLOS JOSÉ RUSSO ASSUMPÇÃO PENTEADO – Ou antes.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Ou antes. E o grupo Petit Comité foi desativado...

CARLOS JOSÉ RUSSO ASSUMPÇÃO PENTEADO – Deputado, eu teria que verificar. O telefone que eu usava era o telefone de serviço, e ele estava ali, mas ele foi descontinuado. Esse fluxo aí ficou entre a agência, aquele organograma que eu mostrei para o senhor...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – O senhor acha que isto, a descontinuidade desse grupo, fragilizou a inteligência e o fluxo de informações?

CARLOS JOSÉ RUSSO ASSUMPÇÃO PENTEADO – Deputado, aí teria que se perguntar dentro daquilo que eu falei para o senhor. Falei aqui que nós temos sensores, decisores e atuadores. Esse fluxo tem que chegar ao atuador. Qualquer quebra de fluxo deixa o atuador – se posso usar essa comparação – cego e surdo. Então, nós fazemos um trabalho em que eu verifico, vou levantando informes, confirmo aqueles informes, transformo-os em informação, levo essa informação ao decisor. Esse decisor, fruto da sua capacidade de conhecer aquele assunto e de deliberar, manda para o atuador.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Deixe-me perguntar algo para o senhor, porque temos informações de que o general Heleno recebeu informes de inteligência. Inclusive, ele fala no depoimento dele que conversou algumas vezes com a coronel Cintia sobre a situação e que ele teria despachado com o senhor antes: "Liguei para o general Penteado, que era o meu secretário executivo do Gabinete de Segurança Institucional, que havia ocupado o cargo do antecessor". Ele diz: "Estava tudo normal, estava tudo tranquilo e que eu não precisava ir para o Palácio do Planalto".

O G. Dias, fala isso já no dia 8. O G. Dias disse que obteve esse informe do senhor. Ele falou isso aqui nesta CPI. E, antes também, que o senhor disse que estava tudo preparado, tudo organizado.

O senhor teve algum despacho? Como foram os despachos com o general G. Dias nos dias anteriores – dias 4, 5, 6, 7 –, a troca de informações? O senhor disse que não tinha informação nenhuma de inteligência...

CARLOS JOSÉ RUSSO ASSUMPÇÃO PENTEADO – Não.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – ... mas o senhor era, pelo organograma que o senhor mostrou, praticamente o número 2 da hierarquia do Gabinete de Segurança Institucional. Como era o fluxo de informações entre os senhores?

CARLOS JOSÉ RUSSO ASSUMPÇÃO PENTEADO – Na quarta ou na quinta-feira anterior aos eventos do dia 8, eu recebi uma ligação do ex-ministro e conversamos de outros assuntos. Como eu disse aqui, nós estávamos reestruturando a área interna lá do palácio, e aquilo estava... Tivemos que desalojar, foi um trabalho muito grande desalojar gente, tirar e ter que realocar dentro do palácio. Estávamos discutindo isso, e a minha preocupação... Só para explicar, deputado, eu permaneceria no gabinete, no máximo, até fevereiro. Por quê? Porque a minha turma de academia, promoção, concorreria à promoção. Então, eu sairia, sim ou sim, do gabinete até o mês de fevereiro...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Vou pedir para o senhor ser mais objetivo por conta do meu tempo.

CARLOS JOSÉ RUSSO ASSUMPÇÃO PENTEADO – Sim. Indo direto ao que o senhor perguntou, ele me falou e tal e perguntou se eu estava acompanhando as manifestações. Não é atribuição do secretário executivo isso daí. Não é atribuição ali, da secretaria. Como o senhor viu no organograma, a Agência Brasileira de Inteligência é diretamente subordinada ao ministro. Ela não é...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Mas criar... Não digo... não digo das informações de inteligência. É a operação do dia. A organização da operação. É atribuição do secretário executivo.

CARLOS JOSÉ RUSSO ASSUMPÇÃO PENTEADO – Não, senhor!

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – O senhor que organizou a operação. Escalou...

CARLOS JOSÉ RUSSO ASSUMPÇÃO PENTEADO – É da Secretaria de Segurança e Coordenação Presidencial, que tem uma célula que faz o acompanhamento...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Mas que é subordinada à Secretaria Executiva.

CARLOS JOSÉ RUSSO ASSUMPÇÃO PENTEADO – Não, senhor. Vou repassar o organograma para o senhor! Por favor, aquele *slide*.

(Apresenta projeção.)

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Então, ela não é vinculada à Secretaria Executiva? O senhor não tem comando sobre a Secretaria de Segurança?

CARLOS JOSÉ RUSSO ASSUMPÇÃO PENTEADO – As secretarias... por decreto, as secretarias são ligadas direto ao ministro. No organograma, o senhor pode ver ali, que o senhor vai ver as linhas que descem isso daí.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Diferentemente, por exemplo, aqui, no Distrito Federal, os secretários executivos geralmente estão abaixo do secretário. Ele é quem faz a coordenação executiva do ministério ou da secretaria. No caso aqui, posso falar do Distrito Federal porque conhecemos bem a estrutura.

CARLOS JOSÉ RUSSO ASSUMPÇÃO PENTEADO – Sim, senhor.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – No caso de vocês, não funciona assim.

CARLOS JOSÉ RUSSO ASSUMPÇÃO PENTEADO – Não funciona na administração pública federal, deputado. Os secretários executivos têm várias secretarias, ligadas a ministérios, e elas se reportam direto ao ministro. Isso não quer dizer que, ali dentro do ministério, do gabinete, isso daí não é conversado, não é? Mas levando de volta para o senhor, o senhor falou assim: "não, porque conversou e tal". Na verdade, os alertas que ele recebeu já eram mais que suficientes para avisar a Secretaria de Segurança e Coordenação Presidencial ou o Diretor de Segurança ou a célula que faz o acompanhamento e monta a matriz de criticidade, que poderia ter problema.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Entendi. Então, toda a linha de comando estava sob a

responsabilidade única do general Dias. Basicamente...

CARLOS JOSÉ RUSSO ASSUMPÇÃO PENTEADO – Se o senhor pegar a atribuição, o senhor vai ter várias atribuições, várias atribuições. Todos nós temos atribuições ali dentro. Cada um, dentro das suas atribuições.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Deixe-me fazer duas perguntas, aqui, ainda antes de eu entrar no dia 8, pois meu tempo está correndo rápido. A primeira é a que o deputado Hermeto já perguntou para o senhor: que é em relação à questão do acampamento. O senhor é o secretário executivo do Gabinete de Segurança Institucional de um presidente da República recém empossado. E, entre o dia 30 de outubro e o dia 8 de janeiro, havia acampamentos nos quartéis-generais do Exército, algo inusitado e uma novidade, inclusive do ponto de vista da manifestação social. Eu também acompanho movimentos sociais há muitos anos, e nunca tínhamos visto isso. Eles tinham basicamente duas pautas: intervenção federal e intervenção militar. Eram duas pautas muito claras que engajavam as pessoas na frente dos quartéis, e a única pauta que fazia sentido eles estarem reivindicando na frente dos quartéis.

O senhor acha que isso colocava em risco a segurança institucional do Brasil ou aqui, no caso, da capital federal? Era um assunto ou era um fato relevante para análise e discussão no Gabinete de Segurança Institucional?

CARLOS JOSÉ RUSSO ASSUMPÇÃO PENTEADO – Deputado, eu, sinceramente, não tenho elementos pra lhe dizer isso porque o acampamento, nesse período exato de que o senhor está falando, que é o começo de janeiro...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – O senhor já era secretário executivo antes, no período em que houve o auge dos acampamentos.

CARLOS JOSÉ RUSSO ASSUMPÇÃO PENTEADO – Sim, senhor, mas ele não estava na atribuição do Gabinete de Segurança Institucional. Os acampamentos eram acompanhados e eles estavam ali, na frente dos quartéis, dos comandos militares, e isso tinha um acompanhamento muito mais – acredito — da Secretaria de Segurança Pública do que propriamente para nós.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Aquilo era em área militar, não é? Então, também tinha...

CARLOS JOSÉ RUSSO ASSUMPÇÃO PENTEADO – Que não é atribuição do Gabinete de Segurança Institucional. O Gabinete de Segurança Institucional...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Então, não era objeto de reflexão e discussão dentro do Gabinete de Segurança Institucional?

CARLOS JOSÉ RUSSO ASSUMPÇÃO PENTEADO – Não, senhor. E, do dia 2... do dia primeiro...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – O senhor não acha que isso era perigoso para a segurança institucional? Porque foi um dos embriões do processo mais radicalizado posteriormente.

CARLOS JOSÉ RUSSO ASSUMPÇÃO PENTEADO – Então, deputado...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Temos informações, por exemplo, de que pessoas foram treinadas com treinamento militar, temos informações de que o planejamento da bomba no aeroporto de Brasília ocorreu lá. O senhor não acha que essa era uma questão de que o Gabinete de Segurança Institucional, por mais que não fosse uma atribuição direta, teria que envolver outros atores do governo nessa reflexão e na busca de soluções para aquela questão?

CARLOS JOSÉ RUSSO ASSUMPÇÃO PENTEADO – Eu não tenho elementos para dizer ao senhor isso daí.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Entendi.

CARLOS JOSÉ RUSSO ASSUMPÇÃO PENTEADO – Agora, eu gostaria de voltar a uma coisa que o senhor falou e eu acho relevante aqui, deputado. O senhor falou de golpe. Quando nós tivemos a eleição, eu, como secretário executivo, do primeiro para o segundo turno, começamos a

trabalhar com o planejamento de duas hipóteses: a vitória e permanência do presidente que estava e a vitória do presidente Lula. E começamos a trabalhar dentro do gabinete para isso. Por quê? Porque isso tinha uma mudança grande em termos até de segurança, e a Secretaria de Segurança e Coordenação Presidencial começou a fazer isso. Então...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Sob a sua gestão?

CARLOS JOSÉ RUSSO ASSUMPÇÃO PENTEADO – Não é a minha gestão. A gestão do ministro Heleno.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Mas o senhor participou dessa coordenação?

CARLOS JOSÉ RUSSO ASSUMPÇÃO PENTEADO – Essa coordenação foi feita diretamente ali com o secretário de segurança de coordenação presidencial.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Queremos entender exatamente qual é o papel do secretário executivo nesse sentido até para entendermos as responsabilidades em relação a isso.

CARLOS JOSÉ RUSSO ASSUMPÇÃO PENTEADO – Isso. O papel do secretário executivo é de facilitador de todas as tarefas do Gabinete de Segurança Institucional.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Compreendo.

Vou perguntar ao senhor sobre o dia 8.

CARLOS JOSÉ RUSSO ASSUMPÇÃO PENTEADO – Sim, senhor.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – É óbvio que estamos aqui fazendo uma discussão que tem a ver também com paixões, mobilizações e motivações pessoais. Perguntamos sobre convicções políticas, porque sempre que fazemos uma denúncia, uma reflexão sobre um caso, isso é como se fosse uma equação. E, nessa equação, vemos as falhas, os erros graves, omissão, erros dolosos, erros que, às vezes, não são dolosos ou intencionais. Às vezes, precisamos achar a motivação. Recentemente a PGR apresentou uma denúncia contra a cúpula da Polícia Militar do Distrito Federal com a motivação de que supostamente as pessoas não teriam agido da forma correta como deveriam agir. Essas motivações acabaram sendo apontadas nessa denúncia da PGR contra a cúpula da Polícia Militar. Isso não quer dizer que as pessoas misturem as suas motivações pessoais.

O senhor mesmo já disse aqui, respondendo anteriormente, que atua diferente, e que a atuação de Estado é diferente das suas mobilizações pessoais. Mas, no levantamento de redes sociais, olhamos algumas postagens do senhor em relação ao Partido dos Trabalhadores, que é o partido do atual presidente da República. Numa delas, o senhor compartilha uma fala, uma suposta fala atribuída ao João Baptista de Oliveira Figueiredo, que temos aqui, postada, se não me engano, no Facebook, numa dessas redes ou no Twitter, eu não tenho certeza disso. Nela, o senhor fala: "Verdade absoluta". A frase fala o seguinte: "Vocês querem, então vou reconhecer esse sindicato como partido (PT), mas não esqueçam que um dia esse partido chegará ao poder e, lá estando, tudo fará para instituir o comunismo. Nesse dia, vocês vão querer tirá-los de lá, e, para tirá-los de lá, será à custa de muito sangue brasileiro. Reunião do gabinete 1980".

Há outra postagem do senhor também enaltecendo uma fala do general Villas Bôas, quando ele fez uma postagem própria. O senhor compartilha essa postagem. Depois, o senhor, em 27 de outubro de 2018, compartilha uma postagem, ainda na eleição anterior do Bolsonaro, falando sobre corrupção: corrupção novamente, não. Enfim, atribuindo ao campo político da esquerda a cleptocracia, disfarçado de políticos e tal. É a minha leitura dessas falas do senhor.

O senhor acha que algumas dessas motivações políticas, em algum momento da história, partindo daquele pressuposto de que não há ninguém inabalável, do ponto de vista moral, mas que as coisas precisam ser investigadas – é preciso refletir sobre elas –, o senhor acha que isso teve algum papel no trabalho exercido pelo senhor nesse contexto que vivemos agora e vivemos durante a gestão do senhor no GSI?

CARLOS JOSÉ RUSSO ASSUMPÇÃO PENTEADO – Deputado, é até bom o senhor levantar

isso, porque essas publicações até deveriam ser colocadas como de 2018.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Sim, em 2018. Eu até falei a data.

CARLOS JOSÉ RUSSO ASSUMPÇÃO PENTEADO – Senhor, obrigado. Nós não tínhamos o estabelecimento de uma portaria que regulava as redes sociais. Ela foi devidamente... entrada em vigor, nós passamos a não realizar. É interessante porque, também em 2018, nós temos vários hoje integrantes que estão no governo que também fizeram várias postagens e falaram muita coisa. Não têm – vou repetir aqui para o senhor – nenhuma relação a minha convicção, o meu pensamento com a minha atividade no exercício das minhas funções e cargo. Eu queria deixar isso claro. E o senhor está corretíssimo em dizer que as pessoas não são vestais, não estão num Olimpo etc. Mas eu quero dizer e deixar claro aqui para o senhor que tudo o que foi feito no Gabinete de Segurança Institucional, no período em que eu estava, lá foi feito para uma instituição de Estado, foi feito com a correção daquele que olha para o país mais a longo prazo. Nós olhamos para um país num horizonte diferente do horizonte político. As ações do Gabinete de Segurança Institucional trabalham com a parte nuclear, com a parte espacial, segurança cibernética, então nós trabalhamos com coisas que vigorarão daqui a 20, 30 anos. Essa era a nossa atribuição.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Deixe-me perguntar: o senhor sabe me dizer por que o general Heleno não se reuniu com o general G. Dias na transição de governo? Ele se negou a se reunir com o general G. Dias? O senhor tem essa informação?

CARLOS JOSÉ RUSSO ASSUMPÇÃO PENTEADO – O ministro Heleno colocou o gabinete à disposição, disse que estaria lá pronto para recebê-lo, me autorizou, como secretário executivo, a estabelecer contato. Eu tenho que lembrar ao senhor que o ministro... o ex-ministro Gonçalves Dias foi o último ou dos últimos ministros a serem nomeados.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Indicados, não é?

CARLOS JOSÉ RUSSO ASSUMPÇÃO PENTEADO – Indicados – sim, senhor. Então o general Heleno, o ministro Heleno, ele colocou à disposição. Fizemos 3 apresentações. Uma cópia eu vou deixar aqui, deputado, cópia extensa do que foi falado no gabinete no dia 1º de dezembro; depois mais 2 reuniões formais. O ex-ministro Gonçalves Dias teve acesso à Secretaria de Segurança e Coordenação Presidencial várias vezes. Falava diretamente com o secretário.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Falou com o senhor algumas vezes. O senhor deu o que o general Heleno chamou aqui de palestra.

CARLOS JOSÉ RUSSO ASSUMPÇÃO PENTEADO – Foram essas apresentações que estou me referindo, inclusive ela foi preparada e foi colocada para ele. Neste momento a que o senhor está se referindo, ele sequer tinha sido sondado para ser ministro. Ele só vem ser... Desculpe.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – É que aqui o general Heleno disse para nós que não viu a necessidade, naquele momento, de se reunir com o general G. Dias.

CARLOS JOSÉ RUSSO ASSUMPÇÃO PENTEADO – Porque ele não estava indicado. Ele só vem a ser indicado já quase no final de dezembro. Eu não vou lembrar a data aqui.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Eu falo isso, general Penteado, porque nós vivemos um momento de tensão política muito grande neste país. Quando a gente vê a frio, há coisas que é muito fácil ver no retrovisor para fazer uma análise de contexto, e há também coisas que vão esfriando na conjuntura e de que nós nos esquecemos. Nós vivemos um momento de tensão política muito grande. É bom dizer que o ex-presidente da República – é bom lembrar isso – não reconheceu o resultado das urnas. Havia uma agitação política muito grande neste país. Eu não sei até que ponto essa agitação política entrava em algumas instituições e qual o peso do barulho que essa agitação política fazia na dinâmica institucional.

Você acha que o fato de o ex-presidente da República não ter reconhecido o resultado das eleições criou problemas para esse processo de transição e escalou a tensão política no país?

CARLOS JOSÉ RUSSO ASSUMPÇÃO PENTEADO – Eu não tenho como responder isso, deputado, porque não faz parte aqui, mas eu gostaria de... Por favor, você pode colocar o *slide* número 1 para mim? Eu vou mostrar para o senhor.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Antes de o senhor colocar o *slide*, eu tenho mais uma pergunta em relação ao dia 8. É que o meu tempo está acabando.

CARLOS JOSÉ RUSSO ASSUMPÇÃO PENTEADO – Pois não, deputado.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Referindo-me ao depoimento do general Dias: “Por volta das 14 horas do dia 8, inquieto e preocupado, decidi ligar para o general Penteado. Era o meu secretário executivo do Gabinete de Segurança Institucional, general Carlos José Assumpção Penteado, que havia ocupado o mesmo cargo na gestão do meu antecessor, o Augusto Heleno. O general Penteado me disse que estava tudo normal, que estava tudo tranquilo e que eu não precisava ir ao Palácio do Planalto.” Naquele momento, estava tudo tranquilo? Não era possível perceber que o policiamento no local era insuficiente e que a crise poderia escalar?

CARLOS JOSÉ RUSSO ASSUMPÇÃO PENTEADO – Deputado, com relação a parte disso daí – vou ser sincero para o senhor –, eu não poderia dizer porque eu não tinha informações disso. A outra parte, de dizer que era para ele não ir, essa eu confirmo para o senhor: eu realmente disse, mas esse horário foi muito depois das 14 horas. Foi quando já tinha o rompimento da linha da...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Por que o senhor o orientou a não ir?

CARLOS JOSÉ RUSSO ASSUMPÇÃO PENTEADO – Por quê? Eu tinha uma preocupação com a integridade física dele, e ele é um ministro de Estado. O ministro de Estado, dentro da estrutura que nós temos...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Não vai para a linha de frente.

CARLOS JOSÉ RUSSO ASSUMPÇÃO PENTEADO – Ele não deveria estar lá nesse momento. Institucionalmente, seria um risco.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Vou só dizer algo. Depois, o senhor pode continuar respondendo. É que o meu tempo vai acabar, e eu tenho que fazer a pergunta dentro do tempo.

No depoimento, o general continuou: “Permaneci inquieto e decidi ir ao palácio. A viatura levou-me à cancela leste do Palácio do Planalto. O general Penteado foi ao meu encontro. Perguntei a ele o porquê de o bloqueio, na frente do Palácio do Planalto, que deveria ter sido feito pela Polícia Militar do DF, não haver sido montado. Aquele era o bloqueio do Plano de Operações Escudo do Planalto e tinha que ser montado. Não estava. Inclusive, cobre dele, com um palavrão, o motivo de o bloqueio do Plano Escudo não ter sido feito.” Por que o Plano Escudo não tinha sido feito o senhor já explicou aqui algumas vezes.

Aí, ele dá a entender, no depoimento, que, diferentemente do que o senhor disse aqui com relação às atribuições, o senhor estava absolutamente envolvido em toda a composição e a organização da operação daquele dia. Então, acho que é importante o senhor falar sobre isso e falar também sobre as orientações que o senhor deu a ele, além dessa conversa que o senhor teve com ele naquele dia.

CARLOS JOSÉ RUSSO ASSUMPÇÃO PENTEADO – Especificamente sobre isso, eu já falei e vou repetir para o senhor aqui: eu cheguei lá entre 14 e 15, 14 e 20. Toda aquela situação, fizemos a volta, fomos para o anexo. Do anexo, subimos. Até então, o general Gonçalves Dias não estava ali. Não estava ali. Eu me encontro com o pelotão da Polícia Militar, e há a chegada de tropas do Exército Brasileiro. Essas tropas chegam. Neste momento que nós vamos ali, eu o vejo. Eu me dirijo a ele, ele não fala comigo. Volto a dizer, deputado: não tinha mais Plano Escudo. Não tinha por que falar de linhas. Essas linhas todas, barreiras etc. já tinham sido rompidas. Os manifestantes já tinham adentrado o Palácio do Planalto. Então, há o entendimento de que, a partir desse momento de um plano que é preventivo, por fruto da falta de informações, da falta de alertas que estavam ali de posse de um decisor – elas não chegaram –, o palácio tinha que ser retomado. Essas foram as

medidas que, depois, o diretor de segurança, o secretário de coordenação de segurança presidencial e nós fomos... Por que esse pessoal todo estava lá? Porque ali, independentemente do que está previsto no decreto, nós enxergamos dentro de uma estrutura, de uma hierarquia e de uma disciplina. E era importante estar ali nesse momento.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O tempo do deputado Fábio Félix terminou, mas, general, o senhor estava abordando um ponto a que eu queria voltar para que o senhor o deixasse mais claro. É o seguinte: o senhor estava falando aqui dentro de um contexto de que o GSI fez reuniões e trabalhava com duas hipóteses. Uma era a eleição do ex-presidente, e a outra era a eleição do presidente Lula. Eu queria que o senhor descrevesse para nós como é que se davam essas reuniões e se, dentro do GSI, os generais tinham a disposição de reconhecer o resultado das urnas.

CARLOS JOSÉ RUSSO ASSUMPÇÃO PENTEADO – Eu vou dizer o que nós fizemos em termos de planejamento. O Gabinete de Segurança Institucional participa de 56 comitês e comissões. E eles são de todos. Ele vai de política nacional de fronteira a segurança nuclear, a segurança cibernética e a diversas áreas de atuação do gabinete. Nós temos ali o Conselho de Defesa Nacional, onde fazemos os assentimentos prévios para mineração, preocupado com a área de fronteira, etc. Então, nós tínhamos ali, por obrigação funcional, verificar se o gabinete ia continuar existindo nos moldes que ele ia continuar, ou se haveria possibilidade de haver o que houve durante o governo da presidente Dilma, que era transformar a Casa Militar e o gabinete da... – porque isso também foi levantado – e para onde iriam todas essas funções. Então, nós tínhamos que ter lá, dentro das secretarias – e os secretários tinham que ver como eles iam fazer isso –, para qual ministério iria essa comissão, esse assunto, se o GSI deixasse de existir. Isso tinha que ser feito com antecedência, porque o decreto de instituição do novo governo, que entrou em vigor somente no dia 24 de janeiro, ele tem que estar pronto no dia 1º. Então, essa era uma tarefa, lembrando sempre, deputado, volto a dizer, um pensamento de Estado. Se tem aqui emergência nuclear, se nós tivéssemos um problema de emergência nuclear, quem iria atuar nesse momento? Então, o pensamento sempre é assim: como nós temos que proteger o Estado brasileiro: infraestruturas críticas, segurança cibernética. Então, tudo isso passava por ali. Era nesse aspecto que foram feitas essas discussões.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Mas, nessas discussões dentro do GSI, não foi abordada a possibilidade de não reconhecer o resultado das eleições?

CARLOS JOSÉ RUSSO ASSUMPÇÃO PENTEADO – Deputado, eu vou dizer para o senhor como nós fizemos. Nós fizemos todo um trabalho para a permanência de um ou a vinda do outro.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Está certo. Eu vou passar a palavra para a deputada Jaqueline Silva, que é nossa vice-presidente. E, depois da deputada Jaqueline Silva, nós vamos... Já é uma tradição aqui, eu mandei comprar ali uns 4 sanduíches, diga-se de passagem, do meu bolso.

CARLOS JOSÉ RUSSO ASSUMPÇÃO PENTEADO – Hoje o senhor reforçou, não é?

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – É, porque há o advogado também, o deputado Hermeto. Depois da deputada Jaqueline Silva, ainda vamos lá comer o sanduíche. V.Exa. está com a palavra por até 25 minutos.

DEPUTADA JAQUELINE SILVA – Obrigada, presidente. Na verdade, vou ser rápida aqui, bem objetiva. Quero parabenizar o trabalho desta comissão e dizer ao senhor, general, que nós estamos na nossa 24ª reunião. E acho importante nós refletirmos o peso de todos nós parlamentares desta casa no avançar desse trabalho. São 24 reuniões, todos nós com uma série de agendas para cumprir, mas nós entendemos que essa discussão e esse esclarecimento são muito importantes.

Brasília sofreu e está sofrendo até hoje as consequências de tudo isso que ocorreu. Falamos isso até para que o senhor compreenda que todos os deputados que fazem as suas intervenções, colocam as suas dúvidas... Para que o senhor possa nos ajudar, como o meu presidente fala todos os dias, nós precisamos auxiliar e encontrar quem são as pessoas que, infelizmente, fizeram com que Brasília tivesse os seus dias manchados com ações tão difíceis, eu diria até horríveis.

Enfim, as minhas dúvidas são poucas, até porque muitas delas já foram tiradas, inclusive já foram feitas ao senhor. Entendemos que o GSI vinha fazendo um trabalho de excelência. E aí, uma das nossas perguntas, umas das nossas primeiras, eu acho que foi o deputado Hermeto que fez, foi perguntar ao senhor quais seriam as falhas do dia 8. E o senhor, parece que, em resposta, colocou que seria, na sua visão, uma falha no fluxo de informação.

Eu queria fazer só mais duas perguntas ao senhor para ver se o senhor consegue me ajudar a compreender um pouco mais. Uma delas é: o senhor sabe nos dizer se esse Plano Escudo não foi corretamente executado? Seria um plano único, só haveria esse plano? E outra dúvida minha: havia outras forças de segurança nesse plano de ação que não foram acionadas? Eu fiquei com algumas dúvidas acerca desse plano, se o senhor pudesse esclarecer... Eu entendi que há algumas ressalvas de o senhor não poder abrir no todo, mas se o senhor pudesse, de alguma forma, trazer mais clareza para mim seria muito importante.

CARLOS JOSÉ RUSSO ASSUMPÇÃO PENTEADO – Obrigado, deputada. O Plano Escudo é um plano, repetindo, preventivo. Com base em análises de informação, eu estabeleço uma dosagem de tropa necessária para fazer frente àquilo que é manifestação, que eu li aqui, inicialmente, sobre a previsão do Plano Escudo. Então, eu tenho uma matriz de criticidade, que dá um alerta, e esse alerta no dia era laranja. A dosagem de tropa aplicada foi compatível com o alerta laranja, que eram as informações que a célula de risco tinha. Então, ela faz com base nisso. O Plano Escudo deixa de existir quando tem a invasão. A partir do momento em que tem invasão, nós temos uma retomada. Todas as tropas que foram adjudicadas, alocadas para fazer isso, já estavam no Comando Militar do Planalto, à disposição. Então significa: tivéssemos nós recebido a informação dentro daquele fluxo que eu falei, de atuador, de sensor, decisor e atuador, essas tropas, ao invés de fazerem a retomada do Palácio do Planalto, teriam feito a segurança e a defesa do Palácio do Planalto. Eu não sei se lhe expliquei.

DEPUTADA JAQUELINE SILVA – Está *ok*. Sim, o senhor me explicou. Então, o senhor reforça que essa falha de informação prejudicou muito?

CARLOS JOSÉ RUSSO ASSUMPÇÃO PENTEADO – Volto a dizer: nós baseamos todo o nosso planejamento com as informações que são recebidas. Essa é a informação. Quem trabalha com isso lá, para fazer a matriz de criticidade, depende de consumir essa informação. Essa informação que ele tinha, que nós tínhamos, era manifestação com baixa animosidade, menos de 2 mil pessoas, e não era prevista para a Esplanada. Por quê? Porque a senhora vai lembrar que nós temos protocolos que proíbem manifestações na praça dos 3 Poderes.

DEPUTADA JAQUELINE SILVA – Certo.

General, nas oportunidades que tivemos aqui com alguns depoentes, questionamos muito, deputado Hermeto, a quantidade de policiais militares que estariam escalados. Eu também tenho uma dúvida acerca do palácio. O senhor teria condição de dizer para nós qual era o efetivo que havia sido escalado para o dia 8 na parte da manhã e na parte da tarde? O senhor poderia dizer para nós esse número?

CARLOS JOSÉ RUSSO ASSUMPÇÃO PENTEADO – Nós temos, no Palácio do Planalto, diariamente escalado lá por volta de 45 agentes de segurança de instalações mais um pelotão reforçado de uma das unidades do Comando Militar do Planalto, 46. E, às 11 e meia da manhã, tínhamos solicitado mais um reforço de um pelotão de choque. Total do efetivo, às 12 e 30, era de 133 militares dentro do Palácio do Planalto. Esse é o efetivo.

DEPUTADA JAQUELINE SILVA – Cento e trinta e três?

CARLOS JOSÉ RUSSO ASSUMPÇÃO PENTEADO – Sim, senhora.

DEPUTADA JAQUELINE SILVA – Esse foi o número total?

CARLOS JOSÉ RUSSO ASSUMPÇÃO PENTEADO – Não, esse foi o efetivo até as 12 e 30.

DEPUTADA JAQUELINE SILVA – Posterior a isso?

CARLOS JOSÉ RUSSO ASSUMPTÃO PENTEADO – Então, a partir daí, ele foi sendo acrescentado. Nós recebemos mais reforço de tropas, que vão terminar às 17 e 30 com por volta de 500 militares do Comando Militar do Planalto. Eu não vou lembrar aqui o número exato, mas vou dizer para a senhora, porque foram mais 2 companhias e pouco. Então, nós tivemos, nesse total, uns 450, 470 militares.

DEPUTADA JAQUELINE SILVA – Maravilha.

Presidente, essa era a minha dúvida. Acho que ela é importante, vai trazendo para nós informações, e vamos tentando fazer os esclarecimentos, general.

Quero só, mais uma vez, presidente, reforçar o trabalho desta comissão e reforçar, general, o nosso compromisso de tentar auxiliar no intuito de trazer o que há de melhor em informações para as pessoas não só do Distrito Federal, mas do Brasil acerca dessas ações que aconteceram.

Era essa a minha fala.

Muito obrigada, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, deputada Jaqueline Silva.

Vou suspender a sessão por 15 minutos. Vamos comer o nosso sanduíche, que já é tradicional. Quero dizer às pessoas que estão nos assistindo que eu o comprei com dinheiro do meu bolso. O general está convidado para comer o sanduíche juntamente com o seu advogado.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 12h14min, a sessão é reaberta às 12h54min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Declaro reaberta a reunião.

Pessoal, boa tarde. Vamos retomar os nossos trabalhos.

Está com a palavra, na condição de titular, por até 25 minutos, o deputado Joaquim Roriz Neto.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – Muito obrigado, presidente. Antes de qualquer coisa, eu gostaria de agradecer a Deus por este dia. Quero cumprimentar todos os parlamentares presentes, as pessoas que estão nos acompanhando pela TV Câmara Distrital, os servidores, os membros da imprensa.

Eu gostaria de agradecer, general Penteado, a sua presença aqui hoje. É muito importante ouvirmos as pessoas para podermos realmente chegar a um relatório que vá condizer com a verdade. Eu gostaria de cumprimentar também o advogado do senhor. Várias das minhas perguntas já foram sanadas por alguns questionamentos dos parlamentares, mas eu gostaria de fazer antes algumas breves colocações.

Vemos, deputado Thiago Manzoni, que o *modus operandi* da esquerda sempre segue um padrão: falar inverdades, mas sempre com um tom de deboche. Foi feita uma pergunta ao senhor, mais cedo, falando: “Mas os manifestantes, os agressores não eram senhorzinhas, não eram pessoas que estavam orando?” Mas, nessa tentativa de ser irônico e nessa tentativa de ser sarcástico, acabou se provando justamente o que os deputados da direita já vêm dizendo: que as pessoas que estavam nos acampamentos não eram as mesmas que foram vandalizar a praça dos 3 Poderes. Não era o mesmo público, não eram as mesmas pessoas. Por isto, não havia senhorzinhas lá orando e invadindo o Planalto: porque não eram o mesmo público. Tanto que foi constatado que, no dia 6 de janeiro, havia 300 pessoas no QG e que, no dia 8, chegaram mais de 80 ônibus ao Distrito Federal, com 4.000 pessoas. Não era o mesmo público.

Vou falar um pouco sobre algumas pessoas que foram jogadas para a crista, por enquanto. Já houve ex-ministro que foi preso, que estava a 5 mil quilômetros dos 3 Poderes – 5 mil quilômetros. Vários PMs foram afastados, presos, tiveram suas reputações manchadas – os mesmos PMs que foram atacados, que foram agredidos, que foram espancados defendendo a democracia

deste país no dia 8 de janeiro. Mas, mesmo assim, eles foram arrastados pela lama. O governador Ibaneis foi afastado de forma arbitrária por 66 dias, porque pensaram que, talvez, ele pudesse ter algum conhecimento de alguma coisa. De forma preventiva, afastaram-no. E foi o relatório do próprio Cappelli que o isentou de qualquer tipo de responsabilidade.

Em contrapartida de tudo isso, general, temos 2 figuras extremamente polêmicas que estão nitidamente ocultando fatos, dificultando as investigações, tanto nesta CPI, quanto na CPMI. E por enquanto, não aconteceu nada com eles. Eles são os intocáveis.

O primeiro é o G. Dias. Há tanta coisa para falar do G. Dias que eu não sei por onde começar, deputado Hermeto. Mas eu vou pegar uma matéria que saiu no *Metrópoles*, que fala o seguinte: "G. Dias mentiu 11 vezes em depoimento à Polícia Federal". Onze vezes, deputado Thiago Manzoni. Quase ele chegou ao número da mentira, que é o 13. Quase que ele chegou!

Vou ler algumas das mentiras que ele contou. Eu não vou falar todas aqui, porque, senão, meu tempo estoura, do tanto que ele mentiu. Primeiro, o G. Dias mentiu falando que não tinha conhecimento se a Abin monitorava o acampamento em frente ao QG do Exército. Isso era uma mentira, ele recebia atualizações constantes no seu celular pessoal. Ele mentiu que não sabia de protestos radicais previstos para o dia 8, mas a coluna comprovou que foi o próprio G. Dias que enviou à Agência Brasileira de Inteligência – Abin, dia 6 de janeiro, 2 dias antes do ato, uma convocação em grupos patriotas para o fechamento dos 3 Poderes. Ele mentiu quando alegou que não ordenou o monitoramento das manifestações. Ele mentiu ao dizer que não recebeu relatório do aumento de fluxo de ônibus em Brasília. Ele mentiu ao afirmar que só teve conhecimento dos alertas enviados pela Abin quando eles foram enviados ao Senado. Mas foi comprovado que ele recebeu esses relatórios, inclusive o seu nome está na lista de autoridades avisadas. E a lista continua. Falou que não recebeu informações relevantes; mentiu em afirmar que recebeu relatórios da Abin, mas nenhum sobre manifestações. A lista é praticamente infinita.

A segunda figura notória dessa situação é o ministro Flávio Dino. Mas, antes de falar do ministro Flávio Dino, general, eu quero fazer um comentário sobre outra pergunta que foi feita ao senhor relacionada a uma postagem que o senhor fez 5 anos atrás. Eu vou confessar que a postagem que o senhor fez não foge tanto da realidade, tanto que o próprio ministro da Justiça do Lula fala abertamente que é comunista com orgulho. "Um comunista, graças a Deus". "Sou comunista com orgulho", o famoso comunista de iPhone. Já que falaremos de tuítes e postagens antigas, vou tomar a liberdade de ler algumas postagens antigas do Flávio Dino também, já que isso está sendo colocado em algum tipo de preposição, como se fosse contexto da atualidade. Em 2013, alguns tuítes do ministro Flávio Dino eram estes: "Hoje, em Recife, vi a comprovação científica de que as urnas eletrônicas são extremamente inseguras e suscetíveis a fraudes". Em outro tuíte, ele fala: "No seminário sobre eleições digitais, fala agora o professor Diego Aranha, que conseguiu provar a vulnerabilidade das urnas eletrônicas". "Acho importante haver alguma auditoria, que o voto impresso viabiliza, em somente dois por cento das urnas". "Eu discordo de não ter voto impresso" – palavras do Flávio Dino. Daqui a pouco, vão falar que foi o Bolsonaro que invadiu o Twitter dele e fez essas postagens.

Agora, vamos falar do Flávio Dino. Vou fazer um breve cronograma dos fatos. Primeiro, o ministro Flávio Dino falou que ele queria chegar à verdade e encontrar todos os culpados. Depois, quando foram solicitadas a ele as imagens do Ministério da Justiça, ele falou que não poderia enviar essas imagens, porque os arquivos precisariam ser preservados para proteger a investigação. Após isso, o STF autorizou o Dino a enviar essas imagens. Mesmo assim, ele não mandou as imagens. Passaram-se algumas semanas, e ele finalmente entregou as imagens, mas faltaram algumas – só algumas. Das 185 câmeras, ele entregou 4. Ele entregou 4.

Agora, vamos a uma matéria da CNN: "Dino diz que imagens inéditas do 8 de janeiro foram deletadas por 'problema contratual'". Em aspas, ele fala: "As imagens não existem mais por problema contratual. Eu não sabia disso. Não sou gestor de contrato, sou ministro da Justiça. [...] Eu não conheço inquirido, não estou sabendo de nada. Está tudo sob sigilo". Agora, a pior parte é quando

ele fala o seguinte: "Se novas imagens forem recuperadas, não mudarão os fatos". Se a CNN não vaza as imagens do palácio, o G. Dias estaria no cargo dele até hoje. Quem é o Flávio Dino para falar que, se imagens existem ou não, elas não vão mudar os fatos? Ele tem por acaso uma bola de cristal? Ele não pode afirmar isso.

E aí depois ele sai com uma tática que pessoalmente eu acho extremamente pedestre. Quando você faz um curso de oratória, um curso de debate, a primeira coisa que eles lhe ensinam é usar a tática de reduzir fatos ao absurdo. Reduzir ao absurdo. Ele fala assim: "Vocês não vão encontrar óvnis nessas imagens". Por que ele fala assim? Ele fala assim para a audiência ficar mais leve, ficar mais descontraída, para ela dar umas risadas, para distrair as pessoas do fato de que ele foi omissivo. Ele faz isso de forma proposital.

Eu queria entender como que temos uma pessoa que foi presa, que estava a 5 mil quilômetros dos 3 Poderes, e a outra estava a 5 centímetros dos vândalos, servindo água para eles, e ela não foi presa. Por que o governador Ibaneis foi afastado 66 dias, e o ministro Flávio Dino não foi afastado? Eu não estou aqui para formalmente acusá-lo de nenhum crime, mas, se vamos usar a tese de que precisam afastar autoridades a fim de não comprometer a investigação, por que um governador é afastado e o ministro da justiça não é? Essa é a maior dúvida que eu gostaria de saber.

General, eu gostaria de fazer uma pergunta para o senhor. No dia 6 de janeiro... Desculpa. No dia 8 de janeiro, ocorreu um fluxo de informações. Houve o devido trabalho de inteligência, mas os dados obtidos não foram repassados à Secretaria Executiva para que tomasse as providências relativas ao Protocolo Escudo. Dessa forma, tendo em vista que a Abin encaminhou de fato os informativos ao comandante do GSI, e este, então, não repassou para a Secretaria Executiva para que agisse, na opinião do senhor, houve prevaricação por parte do general Gonçalves Dias?

CARLOS JOSÉ RUSSO ASSUMPÇÃO PENTEADO – Deputado, eu acho que isso está sendo apurado. O que eu posso dizer para o senhor é que esse fluxo de informação que deveria fluir para a Secretaria de Segurança e Coordenação Presidencial para que a matriz de risco fosse alterada, ele não fluiu. É isso que eu posso garantir ao senhor.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – Se o senhor ocupasse a cadeira de comandante do GSI, o que o senhor teria feito de diferente da forma como o G. Dias atuou no dia 8 de janeiro?

CARLOS JOSÉ RUSSO ASSUMPÇÃO PENTEADO – Eu não ocupava a cadeira.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – Não. Mas, se o senhor ocupasse, o que o senhor teria feito em retrospecto?

CARLOS JOSÉ RUSSO ASSUMPÇÃO PENTEADO – Deputado, eu prefiro não me posicionar do que eu acho ou deixo de achar, porque, como eu falei aqui, esse é um olhar em retrospecto e sempre que nós olhamos pelo retrovisor, as coisas parecem muito mais nítidas do que no momento que aconteciam.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – A ótica realmente é diferente.

CARLOS JOSÉ RUSSO ASSUMPÇÃO PENTEADO – Sim, senhor.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – General, eu gostaria novamente de agradecer a sua presença e gostaria de fazer um apelo a todos os membros desta CPI, especialmente ao nosso presidente deputado Chico Vigilante, porque, há algumas semanas, foi aprovado um convite para o ministro Flávio Dino vir aqui, mas, à luz de todas essas informações, de todos esses fatos, de toda essa sequência de ocorrências, eu gostaria que houvesse uma movimentação para ele ser convocado a prestar esclarecimentos a esta CPI.

Eu gostaria, deputado Hermeto, que no seu relatório constasse esse cronograma de fatos, essa indisposição do ministro Flávio Dino de cooperar com a investigação na entrega das imagens. Uma justificativa um pouco triste, quando ele fala que as imagens se apagaram de forma surpresa. Todas as imagens do Ministério da Justiça funcionam dentro de um circuito interno, elas são

integradas. Como algumas imagens são apagadas e outras não são? Não faz nenhum sentido isso. Então, eu gostaria que V.Exa. colocasse isso no seu relatório. É de extrema importância e de extrema relevância.

Para finalizar, general Penteado, mostraram um vídeo aqui do general G. Dias falando que ele não o chamaria novamente e que ele não iria contratá-lo. Peço-lhe que não fique chateado com isso, mas se eu fosse o senhor, eu me sentiria até lisonjeado de não trabalhar com uma pessoa que mente mais de 11 vezes para a Polícia Federal. Esse é mais um indicativo – ele não quer chamá-lo para trabalhar com ele – do mau-caratismo dele do que da performance e da competência do trabalho do senhor.

Eu agradeço e cedo o resto do meu tempo.

CARLOS JOSÉ RUSSO ASSUMPCÃO PENTEADO – Presidente, é só para fazer um esclarecimento. O deputado Fábio Félix tinha falado que eu falei sobre as 3 apresentações formais que foram feitas ao ex-ministro, agora, Gonçalves Dias. Eu só queria que colocassem o *slide* 1, por favor, só para mostrar que essa foi a primeira apresentação feita por mim na Secretaria de Segurança e Coordenação Presidencial a ele, que estava indicado pela transição para os eventos de posse. E a cópia completa dessa apresentação, ao final, eu passarei às mãos do presidente, para que conste aqui dos autos desta CPI, porque há, realmente, a forma de materializar como foi feita uma transição de um gabinete que considero de Estado da estrutura do Brasil. Então, obrigado, presidente, era só para mostrar que essa transição, do ponto de vista do gabinete, foi feita e foi muito bem-feita. Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, general.

Concedo a palavra ao deputado Thiago Manzoni, que, na condição de suplente, terá até 15 minutos.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Bom dia, presidente. Bom dia a todos que assistem a nós. Bom dia, general Penteado. Bom dia ao doutor que o acompanha.

Começo, presidente, tomando um pouco do que o deputado Joaquim Roriz Neto falou. Causa muita estranheza esse *modus operandi*, como o deputado Joaquim Roriz Neto fez menção e relatou. A sequência de mentiras é um absurdo. Aliás, o general Gonçalves Dias veio aqui e mentiu para todos nós de maneira descarada. Descarada! Falou para nós que ele teve um pressentimento de que algo ia acontecer. Próximo da hora do almoço, ele teve esse pressentimento e foi para lá. Às 8 e 36, ele mandou mensagem para a Abin: “Teremos problemas”. E, nas palavras do general Penteado, bastava que essa mensagem tivesse sido repassada a quem deveria ter sido repassada e o dia 8 não teria acontecido, pelo menos não em relação ao Palácio do Planalto.

Acontece que o fluxo de informações parou. O general Penteado, a quem agradeço a postura e os esclarecimentos que traz a esta CPI, falou de 3 tipos de pessoas que compõem o setor de inteligência e que depois vão executar as ordens. O primeiro é o sensor – que é a Abin –, que transmite as informações ao decisor. Pelo que compreendi – se eu estiver errado, por favor, me corrija – era o general Gonçalves Dias. Essa informação está correta?

CARLOS JOSÉ RUSSO ASSUMPCÃO PENTEADO – O sensor era a Abin, e ele era o decisor. Temos o sensor, o decisor e o atuador.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Então, a Abin fez o serviço dela e enviou ao decisor, que era o general Gonçalves Dias, as informações que ele precisava saber. E ele deveria, no fluxo da informação, repassar essas informações da Abin para os atuadores. Confere?

CARLOS JOSÉ RUSSO ASSUMPCÃO PENTEADO – Confere, sim, senhor.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Ele não o fez.

CARLOS JOSÉ RUSSO ASSUMPCÃO PENTEADO – Não o fez.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Não o fez. Está bom. Então, pelo menos em relação ao

Palácio do Planalto – eu lhe agradeço a informação de maneira clara, general –, temos algo que é objetivo. A Abin fez o trabalho e informou: “Vai acontecer depredação no dia 8. Os ônibus estão chegando. Eles vêm com a intenção de promover quebra-quebra.” Essa informação chegou ao ministro do Gabinete de Segurança Institucional, que não transmitiu a informação. Se isso não é omissão, eu não sei mais o que é omissão. Se não estamos diante de um fato objetivo que concretiza a omissão de uma autoridade pública em relação ao que aconteceu no dia 8 de janeiro, eu não sei mais o que é uma omissão.

Porém, sabe o que é pior, a meu ver? É que ele chegou aqui e apontou o dedo para os subordinados dele. Ele veio aqui e, em vez de assumir as responsabilidades dele, apontou o dedo para os subordinados dele, como se os culpados pelo dia 8 fossem os subordinados dele – que não receberam as informações que ele tinha o dever legal de transmitir.

Contra ele, deputado Joaquim Roriz Neto, não há nada. Contra ele não há nada. Os fatos estão diante de nós. Contra ele não há nada. Ele veio aqui e mentiu. Ele foi à CPMI e mentiu. Ele foi à Polícia Federal e mentiu. Contra ele não há nada. Ao contrário disso, como bem asseverou o deputado Joaquim Roriz Neto, nosso relator deputado Hermeto, a cúpula da Polícia Militar do Distrito Federal está presa. Como se a única causadora dos eventos do dia 8 de janeiro fosse a Polícia Militar do Distrito Federal.

Coronéis que foram feridos em combate estão presos! A expressão dois pesos e duas medidas, ela se aplica a todo momento nas investigações relativas ao dia 8. E eu vou dizer quais são os dois pesos e duas medidas: se você é de esquerda, está tudo *ok*. Você pode fazer tudo e qualquer coisa. Fique à vontade. Se você não é de esquerda, aí você está enrolado, meu amigo! Aí você está enrolado! O maior crime que alguém que não é de esquerda comete é que ele não é de esquerda! É que ele não é de esquerda! E não importa o que ele faça ou deixe de fazer, não importa! Ele não é de esquerda! Ele não é de esquerda!

Então, não é só que ele não tem proteção. É que ele vai ser acusado e perseguido. E é isso o que nós temos visto! É isso o que nós temos visto!

Eu cresci, general Penteado, com uma imagem do Exército Brasileiro. Eu cresci aprendendo a admirar o Exército Brasileiro. Eu penso que o meu avô, o meu pai, os meus antecessores, eles me falavam do Exército Brasileiro tendo em mente pessoas como V.Exa. V.Exa. vem aqui e fala de maneira muito clara: “Não há deslealdade. Nós somos uma instituição de Estado. Eu nunca seria desleal! Não importa a minha opinião. Eu não seria desleal!”

Nós temos o outro general que vem aqui e aponta o dedo para os outros, para os subordinados. Aqueles que deveriam obedecê-lo. Eu tenho para mim que o Exército Brasileiro é composto de pessoas como V.Exa., como o general Heleno, que esteve aqui antes de V.Exa. Aliás, há uma tentativa... Sempre que vem alguém do Exército aqui se pergunta: “A equipe que compunha o GSI era a equipe do general Heleno?” Como se o fato de ser a equipe do general Heleno fosse capaz de promover nos senhores a tentativa de sabotar!

E eu fico muito feliz que V.Exa. veio aqui e falou assim: “Não houve sabotagem! Nós jamais faríamos isso!” E, se houve sabotagem, eu posso dizer que a sabotagem não é daqueles que não receberam a informação. Eles não tinham a informação! Eles não tinham como sabotar se eles não tinham a informação.

E é por isso, general – agora eu te indago –, que o alerta era laranja e não vermelho? É porque não havia informação?

CARLOS JOSÉ RUSSO ASSUMPÇÃO PENTEADO – Deputado, se tivéssemos recebido a informação, certamente, o alerta da matriz coeficidade teria sido devidamente alterado.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – E essa alteração produziria a aplicação de maneira diferente do Plano Escudo, confere?

CARLOS JOSÉ RUSSO ASSUMPÇÃO PENTEADO – Dentro do Plano Escudo ele teria uma

dosagem de tropa bem maior do que a que foi aplicada no dia 8.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – E quando o senhor, então, nos respondeu que, se as mensagens tivessem chegado aos destinatários, aos atuadores, o dia 8 não teria acontecido, o que o senhor está dizendo para nós é que o Plano Escudo teria sido eficaz e teria contido a manifestação?

CARLOS JOSÉ RUSSO ASSUMPÇÃO PENTEADO – É exatamente isso o que estou dizendo para o senhor do ponto de vista do Palácio do Planalto.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Do ponto de vista do Palácio do Planalto. Obrigado, general.

Dentro desse contexto, então, é correto eu afirmar que a interrupção do fluxo de mensagens, na pessoa do general Gonçalves Dias, é causa da invasão do Palácio do Planalto no dia 8 de janeiro?

CARLOS JOSÉ RUSSO ASSUMPÇÃO PENTEADO – Eu posso afirmar ao senhor que a retenção da informação nos levou a não mexermos na matriz de criticidade e, por isso, não dosarmos as tropas.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – General, a não dosagem das tropas de maneira adequada contribuiu para que os invasores conseguissem acessar o prédio do Palácio do Planalto?

CARLOS JOSÉ RUSSO ASSUMPÇÃO PENTEADO – Sim, senhor.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Obrigado, general. Tenho apenas mais uma pergunta. Algumas vezes, foi dito aqui que não houve transição, mas V.Exa. vem aqui, mostra uma apresentação que foi feita e fala que vai apresentar os documentos completos à CPI. Eu queria só confirmar as informações que foram dadas pelo senhor anteriormente. O general Gonçalves Dias foi um dos últimos ministros a serem indicados.

CARLOS JOSÉ RUSSO ASSUMPÇÃO PENTEADO – Correto.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Isso atrapalhou na transição.

CARLOS JOSÉ RUSSO ASSUMPÇÃO PENTEADO – Deputado, a transição, as apresentações foram feitas para aquele que depois veio a ser o ministro.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Então, ele recebeu, ele participou da transição?

CARLOS JOSÉ RUSSO ASSUMPÇÃO PENTEADO – Ele participou das 3 reuniões formais e ainda se ligava diretamente com a Secretaria de Segurança e Coordenação Presidencial durante esse período da transição. Então, nós, do ponto de vista... Vou dizer novamente aqui: olhando hoje em retrospecto, fizemos tudo aquilo que estava ao nosso alcance para a pessoa que posteriormente foi a indicada como ministro.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Posso concluir que houve transição?

CARLOS JOSÉ RUSSO ASSUMPÇÃO PENTEADO – Do nosso ponto de vista, aliás, muito bem-feita, como é previsto para uma instituição de Estado.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Obrigado, general. Eu não tenho mais perguntas. As outras que eu tinha anotado foram feitas pelos deputados que me antecederam.

General, o deputado Joaquim Roriz Neto, assim como eu, é do PL. Deputado Joaquim Roriz Neto, vou me permitir discordar de V.Exa. apenas em relação à defesa da democracia a que V.Exa. se referiu em seu discurso. Vou me permitir discordar só porque a nossa democracia não é feita de prédios, a democracia é feita de instituições. Portanto, esses homens, que, com coragem e bravura, impediram que algo pior acontecesse e que retomaram, nas palavras do general Penteado, os prédios dos 3 poderes, na verdade, não estavam defendendo a democracia em si, porque essa não foi atacada. Os prédios dos 3 poderes foram atacados. Os prédios foram atacados. Não se pode cogitar de um golpe de Estado, como se quer fazer crer, quando o Exército está combatendo os manifestantes, quando as forças de segurança, as forças institucionais de segurança de uma unidade da Federação, que é o Distrito Federal, e as forças federais, nesse caso, os soldados e os militares

que estavam lá defendendo o Palácio do Planalto, estão repelindo tal manifestação. Como se cogita uma tentativa de golpe sem que nenhum dos poderes esteja envolvido nessa tentativa?

Aliás, é uma deslealdade atribuir ao ex-presidente Bolsonaro uma tentativa de golpe, quando, no dia 30 de dezembro, ele se levantou do Brasil e foi embora para os Estados Unidos. Não houve nenhum gesto, nenhuma palavra. Ele ficou calado desde o segundo turno até a posse do atual presidente. Ele não liberou uma palavra que pudesse sugerir que um golpe fosse tentado. Não houve manifestação de nenhuma das forças. Isso não é tentativa de golpe.

Agora, o cenário político, como falou o deputado que me antecedeu, era realmente um cenário político efervescente. É claro que era efervescente! Tínhamos um ex-presidente que foi retirado da cadeia para concorrer às eleições; e esse cara ganhou as eleições. O resultado das urnas disse que ele ganhou as eleições! É claro que grande parte da população vai olhar para isso e vai falar: "Pô, não é possível. Não é possível. Há alguma coisa muito errada acontecendo". É lógico. E é lógico que o período posterior à eleição seria um período difícil.

Você tem 60 milhões de brasileiros inquietos com a possibilidade de que se repita no Brasil a história que existiu de 2002 até o *impeachment* da presidente Dilma, em 2016. É óbvio que esse ambiente político vai ficar efervescente, mas isso não significa dizer que haverá golpe, isso não significa dizer tentativa de golpe. Em hipótese alguma, isso significa dizer tentativa de golpe. Aliás, que golpe mambembe seria.

O presidente anterior pega um avião e vai embora. No dia 31 de dezembro, o seu vice-presidente, que era presidente em exercício, o general Mourão, faz um discurso dizendo que de maneira nenhuma apontou para a possibilidade de golpe ou da interrupção da normalidade democrática do país, institucional.

No dia 1º, acontece a posse do novo presidente, que entra em exercício. Ele muda ministros; o ministro do GSI, Gonçalves Dias, assume. E está-se, até hoje, falando em tentativa de golpe. É verdade que houve criminoso que foi lá e quebrou tudo. É verdade, é crime. Essas pessoas, pela milésima vez eu vou falar aqui, têm que responder pelos crimes que cometeram. Você não anda por aí entrando em prédio público e quebrando tudo, porque isso é crime! Você vai responder pelos crimes. Que respondam pelos crimes! E eu não quero saber se estava no acampamento, se não estava no acampamento, eu não quero saber onde estava. Se entrou lá e quebrou, tem que responder pelos crimes. Mas é preciso ver. Entrou mesmo? Estava lá dentro, mesmo? Ou estava na Praça dos Três Poderes? Era uma velhinha segurando uma Bíblia e rezando? Era uma velhinha segurando um terço e rezando? Ou era um marmanjo com um pedaço de pau, com uma barra de ferro, quebrando tudo? Precisa-se individualizar.

Então, quem cometeu crime tem que pagar pelos crimes que cometeu. Quem não cometeu tem que ser inocentado. Isso é direito, isso é Estado de direito.

Eu encerro aqui, presidente, agradecendo mais uma vez, general, pelas suas respostas e pelos esclarecimentos que o senhor trouxe, não só para esta CPI, mas para o Brasil inteiro.

Muito obrigado, presidente. Deus abençoe a todos. Bom trabalho.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Está com a palavra, por até 15 minutos, o deputado Gabriel Magno.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Obrigado, presidente, boa tarde. Boa tarde, general Penteado, é importante o seu depoimento nesta CPI, bem como a sua presença aqui.

General, é importante porque não é comum termos gerais aqui nesta casa, e é fundamental para que as pessoas que acompanham o desenrolar das investigações também possam escutar figuras que ocupavam espaços relevantes e muito importantes na própria estrutura democrática do nosso país, da República brasileira.

Eu quero, antes de iniciar o meu questionamento ao senhor, general, voltar a trazer um preâmbulo que é muito importante, porque o senhor percebeu, obviamente, que aqui há diferentes

linhas de investigações. Alguns negam a própria realidade do que aconteceu, não só no dia 8, que é objeto desta CPI, mas também o que aconteceu no dia 12 de dezembro, dia da diplomação do presidente eleito, Lula, com os atos terroristas que aconteceram aqui na capital deste país.

O próprio objeto desta CPI é investigar os atos preparatórios e executórios entre estes 2 momentos: o dia 12 de dezembro e o dia 8 de janeiro. Por que eu falo isso, general? Porque, para nós, o que aconteceu no dia 8 de janeiro não foi um fato isolado! Não foi uma simples manifestação que foi convocada aleatoriamente por algumas pessoas que chegaram aqui desavisadas e houve um apagão nas forças de segurança e a invasão dos 3 prédios da República.

O que aconteceu no dia 8 de janeiro foi uma tentativa de golpe de Estado, que, para poder acontecer, precisou de organização, de mobilização, de um sentido, inclusive de ser capaz de mobilizar várias pessoas com a tentativa até de instaurar o caos na capital da República para o golpe ser consumado. Algumas pessoas que vieram aqui, que sentaram na sua cadeira, chegaram a dizer expressamente – os terroristas que tentaram explodir uma bomba na capital da República no dia 24 de dezembro disseram expressamente – que parte dessas ações foram estimuladas pelas mentiras – inclusive institucionais – que eram contadas pelo Ministério da Defesa e pelo ex-presidente da República: de que as urnas não eram confiáveis e que o sistema eleitoral brasileiro era para ser questionado, porque não era confiável, e o resultado expresso, a partir da vontade da maioria do povo brasileiro, era manipulado, e por isso que essas pessoas também foram para a rua.

Agora, para isso acontecer – essa é uma linha importante dessas investigações –, também precisou ter conspiração, sabotagem e falta de muito cuidado e preparo por quem deveria cuidar desse processo. Eu quero trazer isso porque o senhor colocou aqui, na sua fala anterior, que não há possibilidade de sabotagem por nenhum membro do Exército Brasileiro ou das Forças Armadas e que os militares – todos os que o senhor conhece – têm apreço pelo Estado democrático brasileiro. Disse até depois que poderia ter sido evitado o ataque do dia 8, a entrada no Palácio do Planalto.

Eu digo, general Penteado, que de fato poderia ter sido evitado o dia 8 por diversas razões, por diversos erros, inclusive operacionais e da Inteligência. Primeiro, por terem deixado e permitido que os golpistas entrassem na Praça dos Três Poderes. Imagino que o senhor não tenha acompanhado alguma manifestação em que se permitisse – com aquele grau de violência, de incitação – nem chegar perto que fosse dos prédios da República, como chegaram no dia 8 de janeiro. Mas infelizmente, general, infelizmente – digo e constato lamentando –, não são todos os membros das Forças Armadas e do Exército Brasileiro que têm esse apreço pela democracia e pelo Estado brasileiro.

Tivemos, inclusive sentado nessa cadeira, o ex-general Heleno, que zombou da democracia. Ele disse que não aconteceu um golpe de Estado em 1964 e nem uma ditadura militar sangrenta, que perseguiu, que torturou, que sequestrou, que assassinou brasileiros. Isso é zombar da democracia, isso é zombar do próprio Estado democrático brasileiro.

Aliás, nós estamos às vésperas do dia 7 de setembro, que foi utilizado, inclusive – nos últimos 4 anos pelo ex-presidente da República –, para tentar reescrever a história! Nós passamos os últimos 4 anos com as Forças Armadas brasileiras comemorando o golpe de 1964, ao invés de pedirem desculpas para o povo brasileiro. Em 2014, timidamente, com uma carta, a Comissão da Verdade chegou a reconhecer que houve ditadura, que houve tortura, que houve assassinato.

Eu quero fazer esse preâmbulo, general, porque eu acho que esse debate é muito importante e esta CPI contribui demais para o fortalecimento das instituições democráticas brasileiras. De fato, golpe não se faz atacando apenas os prédios da República, e não foi isso o que aconteceu. O que aconteceu foi um processo estimulado pelo ex-presidente da República e pelo ex-ministro Heleno, que tentaram atacar o sistema eleitoral brasileiro e mobilizaram uma parcela da população para ir às ruas gerar um caos social como justificativa para tentar impedir a posse do presidente eleito democraticamente. Com outro coronel do Exército que prestou depoimento aqui também, o Mauro Cid, havia uma minuta de golpe no celular. Ele não a encaminhou e fez coro com

esse discurso criminoso de que as eleições não eram válidas e tinham sido fraudadas.

General Penteado, o senhor colocou aqui uma questão importante sobre o Plano Escudo, que foi ativado no dia 5 de janeiro, se não me engano. Essa é a versão do general G. Dias, que diz que o Plano Escudo estava ativado desde o dia 5 de janeiro, correto?

CARLOS JOSÉ RUSSO ASSUMPÇÃO PENTEADO – O Plano Escudo foi ativado possivelmente – porque não era da minha esfera de atribuição – entre o dia 5 e o dia 6.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Dias 5 e 6 de janeiro. O general G. Dias chegou a dizer que ficou surpreso no dia 8 e, inclusive, ligou para o senhor, às 14 horas, dizendo: “Por volta das 14 horas eu estava inquieto e preocupado, pois eu assistia pela TV as manifestações e elas não batiam com o clima de controle que me havia sido descrito. Decidi ligar para o celular do general Penteado, que me disse que estava tudo normal, tudo tranquilo e que eu não precisava ir ao Palácio do Planalto. Permaneci inquieto e decidi então ir ao Palácio do Planalto”. General, com todo o respeito, é importante primeiro confirmar se essa versão do general G. Dias é verdade. O senhor confirma essa ligação por volta das 14 horas em que o senhor respondeu ao general G. Dias que estava tudo tranquilo, tudo normal?

CARLOS JOSÉ RUSSO ASSUMPÇÃO PENTEADO – Deputado, nesse horário, eu não me lembro se ele me ligou ou não porque eu me lembro claramente hoje que, às 14 horas e 50 minutos, eu recebi uma ligação do secretário de segurança e coordenação presidencial. Eu vou lhe dizer que dificilmente eu diria que estava tudo normal, porque eu não tinha acesso às informações e não estava acompanhando. No entanto, é bom se ressaltar, já que o senhor está falando das 14 horas, que muito antes disso ele já tinha firmado a sua opinião de que nós iríamos ter problema. Porque ele recebeu desde muito antes todos os alertas – que só ficamos sabendo posteriormente – da Agência Brasileira de Inteligência, nos quais, no dia 8 pela manhã, ele fala – e declara isso – com o diretor da agência, Saulo, que nós iríamos ter problema. E isso não é repassado. Então, a tentativa de se colocar que falou com a, com b ou com c, de modo algum desfaz aquilo sobre o qual ele já tinha formado opinião. E isso se dá às 8 e 36 do dia 8, pela manhã. Às 8 e 37, se tivéssemos recebido as informações, volto a repetir para o senhor, a situação teria sido diferente.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – General, o senhor disse que a tarefa da Secretaria Executiva é facilitar o trabalho do ministro – uma das tarefas da Secretaria Executiva. Eu me pergunto porque me parece que, no caso específico do dia 8, também houve uma grande passividade, porque, no dia 1º, o senhor afirmou, na sua declaração inicial, que foi exitosa e partiu de uma série de ações da própria Secretaria Executiva. No dia 8, quando deu tudo errado... Parece-me que há uma passividade enorme de vários que vieram aqui, inclusive, e que há um problema com a própria Inteligência brasileira.

Eu não estou falando de agora ou para trás, mas as informações que são dadas nesta CPI nos deixam muito preocupados. Como pode a estrutura da Inteligência brasileira agir de maneira tão passiva sobre uma ameaça que era pública? Porque o dia 8 foi convocado. Pelo menos publicamente... Nós ficamos sabendo com mensagens na internet, notícias de jornal, no dia 4 de janeiro. E, aí, uma estrutura que me parece de grande passividade. Se a tarefa da Secretaria Executiva é facilitar e permitir o trabalho do ministério... O senhor não concorda? Eu queria tentar entender por que, para esse caso, especificamente, houve tanta passividade para não se agir, por exemplo, às 8 horas da manhã, como o senhor disse, e mobilizar as forças necessárias para se evitar o que aconteceu horas depois. O senhor não tinha permissão para fazer isso ou para questionar o próprio ministro? “Olha, a avaliação que nós temos hoje de manhã é que não está tranquilo, não está tudo *OK*, não está tudo normal, é preciso agir”.

CARLOS JOSÉ RUSSO ASSUMPÇÃO PENTEADO – Deputado, eu volto a reafirmar aqui – já mostrei no organograma – que a Agência Brasileira de Inteligência é ligada diretamente ao ministro. O senhor falou de facilitar e é bom que se esclareça também: nós vemos dois tipos aqui. Uma coisa é evento e outra é manifestação. E isso aí não é atribuição da Secretaria Executiva acompanhar. Não

é atribuição... As informações, nós temos – vou repetir: o sensor, o decisor e o atuador. Só a partir de uma decisão, nós vamos mexer no atuador. Então, eu tenho um sensor e esse sensor funcionou, emitiu, segundo está até na imprensa, diversos alertas e foi falado, foi mostrado... Hoje já se sabe que esses alertas foram se graduando para cima, em uma gradação para cima, até chegar a esse horário que o senhor colocou, das 8 e 36. Essa informação teria que ter fluído para os atuadores. Se nós estamos verificando se houve uma quebra nesse fluxo, que deveria ter chegado, e não há aqui, da parte da Secretaria Executiva, nenhuma passividade e nunca haverá... Por quê? Porque ela recebe a informação. Nós consumimos aquilo que chega a quem de direito. A partir daí, quem de direito faz fluir essa informação. É assim que nós funcionamos.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – *Ok. Obrigado, general.*

Eu vou fazer 4 questões em sequência, se me permite, general, porque meu tempo já está quase se esgotando. E, aí, eu acredito que o presidente, obviamente, permitirá que o senhor esclareça algum desses pontos

Primeiro, o senhor falou sobre a questão de problemas de fluxos de informação nesse processo do dia 8, especificamente. Pergunto: é correto afirmar que também houve um problema de fluxo de comunicação com o próprio Governo do Distrito Federal, já que o senhor e também o general G. Dias disseram que o GSI não foi convidado para a reunião do dia 6? Seria fundamental a participação do GSI nessa reunião do dia 6, até porque no PAI, protocolo elaborado a partir disso, não havia a análise de risco do dia 8. O GSI inclusive afirmou que havia lá o “código laranja”, mas, no PAI, feito pela Secretaria de Segurança Pública, não apresentava. O senhor não acha que esse problema de fluxo de informação e de comunicação também se deu com a Secretaria de Segurança Pública?

Minha segunda questão, general: o senhor participou da reunião do ex-presidente Jair Bolsonaro com os embaixadores, que tratou inclusive de um processo de desacreditar o sistema eleitoral e as urnas eletrônicas brasileiras? A informação é que o GSI organizou essa reunião, o general Heleno. Eu queria saber se o senhor participou e qual foi o conteúdo dessa reunião.

O senhor disse aqui também que o aplicativo Radar, da Abin, foi descontinuado em outubro – coincidentemente, no mês da eleição – e que o grupo de WhatsApp da inteligência, o Petit Comité, foi desativado no final de dezembro. Quem desativou o aplicativo e quem desativou e desmobilizou esse grupo de inteligência?

Por fim, eu gostaria de saber, general, se não era debate do GSI a questão dos acampamentos e qual era a relação que o senhor, na Secretaria Executiva, e o ex-ministro Heleno tinham sobre o acampamento, porque nós estamos dizendo, de novo – repito e volto ao início: para nós, o que aconteceu no dia 8 de janeiro foi uma tentativa de golpe de Estado, que teve um embrião nos acampamentos em frente aos quartéis-generais.

E encerro perguntando se o senhor confia no sistema eleitoral brasileiro e nas urnas eletrônicas.

(Soa a campainha.)

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O senhor está com a palavra para responder, general Penteado.

CARLOS JOSÉ RUSSO ASSUMPCÃO PENTEADO – O deputado se aproveitou ali e deu uma saraivada de perguntas, não é, deputado? Eu vou...

(Intervenção fora do microfone.)

CARLOS JOSÉ RUSSO ASSUMPCÃO PENTEADO – Não, o seu tempo é grande, o meu é que é curto aqui. Mas eu vou dizer. O fluxo de informações... Eu acho que vai se fazer parte...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O senhor terá o tempo que o senhor achar

necessário para responder.

CARLOS JOSÉ RUSSO ASSUMPÇÃO PENTEADO – Obrigado, presidente. Fluxo de informações: deputado, esse é o caso de lições aprendidas. Nós vamos ter que trabalhar, os senhores estão trabalhando. “Nós” – eu estou me incluindo aqui, mas eu não faço mais parte. Mas os senhores com certeza vão trabalhar para que isso não aconteça novamente. Esse fluxo tem que fluir, todas as entidades, agências e órgãos previstos têm que comparecer. Tenho certeza de que vão fazer isso. Em resposta à participação dos embaixadores: não, não participei. Com relação aos acampamentos: não era matéria e atribuição do Gabinete de Segurança Institucional fazer qualquer tipo de análise, ou influenciar, ou alguma coisa. Esse acompanhamento se dava, devidamente, por quem é de direito isso daí. E o sistema eleitoral, que o senhor disse, é o aplicado no Brasil, é o que nós temos, e nós temos que confiar. Gostaria de reafirmar aqui, deputado... O senhor falou dessas 2 hipóteses... Que os senhores aqui, juntamente com a CPMI, cheguem a essas conclusões, está bem?

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Está vindo um som estranho que eu não sei de onde é. Quero pedir para cessar esse som para que o general Penteado possa concluir. Não sei que som é esse que está vazando. Isso foi resolvido?

O senhor está com a palavra.

CARLOS JOSÉ RUSSO ASSUMPÇÃO PENTEADO – Eu já concluí. Depois da saraivada de perguntas que o deputado fez, eu não sei se eu devolvi com a saraivada de respostas que o senhor esperava, deputado. Ah, eu não sei. Esse... Era um módulo da Agência Brasileira de Inteligência. E o aplicativo Radar, por questões internas lá, eles desativaram. O mês, o senhor falou. Eu não posso afirmar. Eu acho que foi em setembro ou outubro, deputado. Então, para que fique bem claro, aqui, que eu também não... Está bem?

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Esta sessão está sendo bem concorrida. Há vários meios de comunicação transmitindo ao vivo, além da TV Câmara Distrital.

Eu quero deixar uma coisa clara para as pessoas que estão assistindo a nós. Aqui, não se trata de esquerda ou de direita. O nosso comportamento tem sido no sentido de buscar a verdade. Quero dizer que, para um país minimamente sério, onde a democracia existe, o comum que vemos, no mundo inteiro, é o presidente da República, ainda em exercício, quando perde a eleição – ou até mesmo o prefeito da mais remota cidade do Brasil –, pegar o telefone – se não tem telefone, como antigamente, manda uma carta – e dizer: “Olha, parabênz-o pela vitória e tudo o mais” – o que não aconteceu no Brasil.

Há essa história de que o ex-presidente não tem nada a ver com os fatos, porque pegou um avião e foi embora. Ele tinha que ter pegado o telefone, ter ligado para o presidente eleito no dia 30 de outubro, tê-lo parabenizado pela vitória e imediatamente ter colocado toda a estrutura de governo a serviço da transição. Isso não foi feito. Preferiram continuar inventando, engendrando golpes contra a democracia.

Tentaram envolver – eu falo com a responsabilidade de presidente desta CPI – as Forças Armadas brasileiras. Felizmente, as Forças Armadas não embarcaram nessa. Tentaram colocar o Exército Brasileiro nisso. O Exército não mergulhou nisso. Isso é importante, porque fica claro, efetivamente, que o Exército é uma instituição de Estado e não uma instituição de pessoas, nem uma instituição do governante que está no plantão.

Isso que estou falando é o pensamento, pelo menos, meu e do relator desta comissão. Antes de fazer este pronunciamento neste momento, eu conversei com o relator, que tem a mesma opinião. Eles tentaram de tudo, e não conseguiram – a democracia prosperou neste país, o que é importante e fundamental para o bem da nação brasileira. Este país é muito importante.

Eu conversava ali, quando estávamos comendo um sanduíche. Falávamos de outros países que estão mergulhados no caos, que é o caso da Rússia e da Ucrânia, que não sabemos a quem

aquela guerra interessa. Eu acho que não interessa nem aos russos nem aos ucranianos, mas a guerra está lá e vai prejudicar o mundo inteiro, inclusive, com aumento nos preços de alimentos.

Portanto, a democracia no Brasil prosperou. A democracia sobreviveu. Eu quero, de público, agradecer o comportamento profissional que as Forças Armadas têm tido. Inclusive, quero louvar aqui a atitude do comandante do Exército brasileiro, general Tomás, que mandou o chefe da assessoria parlamentar a esta casa, dizendo que quando fizermos os convites, todos os militares virão, sentarão aqui e darão suas versões. Isso é o respeito efetivo à democracia. Portanto, eu quero agradecer também ao general Tomás por esse comportamento.

O senhor gostaria de acrescentar alguma coisa, general?

CARLOS JOSÉ RUSSO ASSUMPÇÃO PENTEADO – Deputado Chico Vigilante, presidente desta CPI, eu gostaria. Primeiro, eu cometi uma indelicadeza que eu tenho que retificar: eu não falei do doutor Rogério Campos de Oliveira, que me acompanha aqui e que veio de São Paulo. Eu gostaria de agradecer muito a presença dele. Por favor, pode passar o *slide* 5 pra mim. É só pra esclarecer o dia da minha exoneração do Gabinete de Segurança Institucional.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Está lá.

CARLOS JOSÉ RUSSO ASSUMPÇÃO PENTEADO – Isso. Muito obrigado. Ela se dá no *Diário Oficial da União* do dia 23 de janeiro de 2023. Eu não fui exonerado no dia 9. E a minha despedida do Gabinete de Segurança Institucional se dá com a entrega de uma referência elogiosa, em uma solenidade, como é comum. Na folha 6, por favor, uma referência elogiosa que me foi feita. Eu vou deixar uma cópia também, presidente, aqui, com esta CPI. Por favor, é a 6-A. Essa é a referência elogiosa que foi consignada a este militar por término da sua atividade num cargo de natureza militar no Gabinete de Segurança Institucional. A data é 25 de janeiro de 2023. Por fim, pode deixar o *slide* 7, por favor. Senhor presidente, senhores deputados, eu gostaria de agradecer em meu nome e em nome de todos aqueles que trabalharam particularmente no dia 8 para a retomada da instituição chamada Palácio do Planalto. Estávamos ali imbuídos de uma missão em que, por infelicidade e por falta de um fluxo de informação devido, nós não pudemos atuar preventivamente. Mas essas coisas acontecem e nos amadurecem. Elas servem para que nós nos corrijamos para o futuro. E, com certeza, nos deixam mais preparados, mais duros, ou, no linguajar militar, mais cascudos. Não é, deputado Hermeto? Ficamos mais cascudos. Garanto para os senhores que todos aqueles que ali estavam – repito – do Gabinete de Segurança Institucional, do Comando Militar do Planalto e da Polícia Militar do Distrito Federal foram bravos e corajosos. Eu testemunhei isso! Eu sou testemunha viva desse momento. Eu gostaria de agradecer a eles e a todos os familiares deles, porque muitos estão, por força de narrativas, sendo atacados indevidamente. Indevidamente! Tenho vários nomes, inclusive de um major que eu faço questão de citar aqui: o José Eduardo Natali, que estava trabalhando naquele, um trabalho profissional, que conteve em muito, em muito a depredação do prédio. A esses militares, a esses servidores do Estado brasileiro, o meu mais profundo respeito, a minha eterna gratidão e a minha mais singela continência de soldado, como somos simples. Deputado Hermeto, presidente, senhores, muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Agradeço aos deputados e a todos os demais presentes nesta reunião.

Tendo cumprido a pauta e nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a 24ª Reunião Ordinária desta CPI, às 13 horas e 53 minutos.

(Levanta-se a sessão às 13h53min.)



Documento assinado eletronicamente por ROMILDO PEREIRA - Matr. 13173, Chefe do Setor de Taquigrafia - Substituto(a), em 05/09/2023, às 19:25, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente nº 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 214, de 14 de outubro de 2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:

[http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

Código Verificador: **1324430** Código CRC: **63A163BB**.

---

Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, Piso Inferior 1, Sala TI-3– CEP 70094-902– Brasília-DF– Telefone: (61)3348-9241  
www.cl.df.gov.br - setaq@cl.df.gov.br

---

00001-00008706/2023-96

1324430v5